História do Brasil 2
Brasil Império

Pré-Vestibular
Teoria e Exercícios Propostos

índice.história do Brasil 2

Capítulo 01. Primeiro Reinado

1. Introdução 7
2. A Guerra de Independência 8
3. O Reconhecimento Externo da Independência 9
4. A Assembléia Constituinte 10
5. A Constituição Outorgada de 1824 10
6. A Crise Econômica 10
7. A Crise Política 11
8. A Abdicação 12

Capítulo 02. Regências

1. Introdução 14
2. O Avanço Liberal 14
   2.1. Regência Trina Provisória 14
   2.2. Regência Trina Permanente 14
   2.3. A Regência Una de Feijó 15
3. O Regresso Conservador 16
4. O Golpe da Maioridade 16
5. Revoltas Regenciais 17
   5.1. Introdução 17
   5.2. Revolução Farroupilha Rio Grande do Sul (1835-45) 18
   5.3. Revolta dos Malês: Bahia (1835) 19
   5.4. Sabinada: Bahia (1837-1838) 19
   5.5. Cabanagem: Pará (1835-1840) 19
   5.6. Balaiada: Maranhão (1838-1841) 20

Capítulo 03. Segundo Reinado

1. A Pacificação e a Organização do Estado 22
   1.1. Introdução 22
   1.2. O Ministério dos Irmãos e as "Eleições do Cacete" 22
   1.3. As Revoltas Liberais de 1842 23
   1.4. A Praieira: Pernambuco (1848) 23
   1.5. O Parlamentarismo e a Política de Conciliação 25
2. Econonomia do Século XIX 26
   2.1. Introdução 26
   2.2. O Café 26
   2.3. Outros Produtos de Exportação 28

PV2D-07-HIB-21

2.4. A Tarifa Alves Branco (1844) 29
2.5. A Questão Do Tráfico 29
2.6. A Era Mauá 30
2.7. Transição para o Trabalho Assalariado: A Imigração 31

3. Cultura do Século XIX 33
3.1. Introdução 33
3.2. Os Românticos 33
3.3. A Música 34
3.4. O Circo e o Entrudo 35
3.5. O Índio e o Negro na Cultura Brasileira 36

4. Política Externa 37
4.1. Introdução 37
4.2. A Questão Christie 37
4.3. O Prata e a Guerra do Paraguai 38

Capítulo 04. A Crise da Monarquia e o Advento da República

1. Introdução 43

2. A Questão Religiosa 43

3. As Questões Militares 43

4. A Campanha Abolicionista 44

5. A Campanha Republicana 45

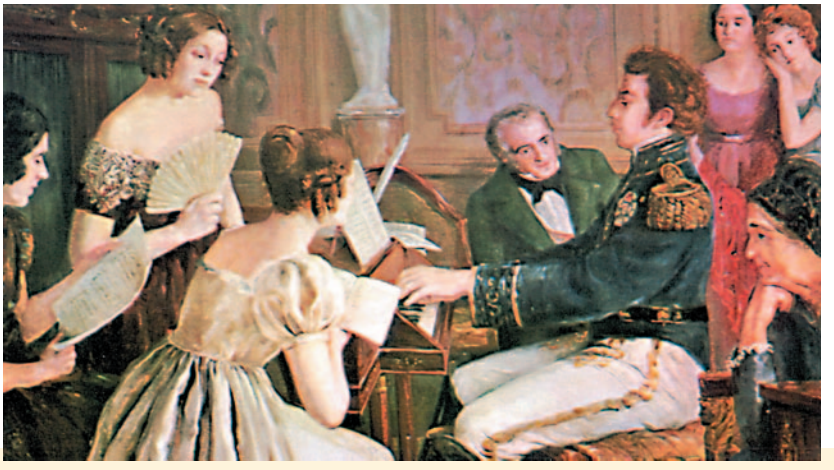
Exercícios Propostos 49

Capítulo 01. Primeiro Reinado

1. Introdução

A independência formal do Brasil significou um arranjo entre os interesses de nossa elite agroexportadora, em grande parte membros da maçonaria, das Cortes portuguesas e dos interesses capitalistas britânicos. No caso das colônias espanholas, observamos um rompimento mais profundo e drástico com a antiga metrópole. O historiador José Honório Rodrigues, por outro lado, coloca a independência brasileira como um processo revolucionário, seja pela mobilização de efetivos militares (maior do que na própria independência dos EUA), seja pelo projeto político que deveria se realizar a seguir, sob o comando de José Bonifácio, mas traído pela contra-revolução dirigida por Dom Pedro I.

A presença da corte, no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1821, projetou um modelo de independência que foi canalizado, posteriormente, na figura do príncipe Dom Pedro. Já nas colônias espanholas, o domínio napoleônico na península Ibérica deixou acéfalo o Império colonial hispânico, ficando o movimento de independência dirigido por vários líderes regionais, originados da aristocracia *criolla*. Um desdobramento imediato desse fato foi que o Brasil manteve a sua integridade territorial herdada do período colonial, enquanto nas ex-colônias espanholas ocorreu forte fragmentação territorial, dando origem a muitas unidades soberanas. No Brasil, os movimentos separatistas após a independência se frustraram devido à reação imediata de uma Monarquia centralizada, aliás, caso único nas Américas, que adotaram, exceto o Brasil, a República Presidencialista de inspiração norte-americana.



D. Pedro I ao piano, compondo a música do Hino da Independência sobre a letra feita pelo jornalista Evaristo da Veiga, que se encontra ao lado do imperador.

A Inglaterra teve participação ativa no movimento de independência, já que esse país era altamente interessado na manutenção da abertura do mercado brasileiro para os produtos de sua indústria. Naquele momento, os interesses da aristocracia rural brasileira e os da Inglaterra se confundiam num só: separação política que garantisse o fim do "exclusivo metropolitano" e permanência dos privilégios adquiridos na época de Dom João VI, garantindo, assim, a liberdade econômica que estava ameaçada de ser revogada pelas Cortes portuguesas a partir de 1821.

A independência e a Monarquia, com a continuidade da Casa de Bragança, garantiram, pois, uma ruptura sem povo, uma alteração a nível superestrutural que não trouxe implicações na base da sociedade colonial. São formas políticas que garantiram a permanência da estrutura agroexportadora, baseada no latifúndio e no trabalho escravo. A independência aparece, pois, como um ato exclusivamente de implicações políticas, uma vez a classe latifundiária não tinha interesse em modificar a estrutura de produção e a organização social do Brasil.

2. A Guerra de Independência

Embora proclamada, a independência não foi aceita por todos. Até 1823, governadores de algumas províncias negavam acatá-la, sendo apoiados por tropas portuguesas. José Bonifácio se encarregou de organizar um exército. Adquiriu navios e contratou mercenários estrangeiros, franceses e ingleses, principalmente. Mas a principal base na resistência armada contra as tropas lusas foi constituída de milícias civis, convocadas em caso de necessidade.

Os maiores confrontos com tropas portuguesas ocorreram na Bahia e no Pará, justamente as províncias que abrigavam grande número de comerciantes cujos interesses se vinculavam a Portugal.

Populares saúdam as tropas brasileiras, em Cachoeira, na Bahia, após derrotarem os portugueses durante as guerras de independência. A partir da cidade de Cachoeira, a luta espalhou-se por todo o Recôncavo a fim de garantir a independência.

Na Bahia, a situação se radicalizou em 1822, quando a população local se rebelou contra a Junta Governativa liderada pelo Brigadeiro Madeira de Melo, cercando Salvador. Tropas enviadas do Rio não conseguiram vencer os portugueses, reforçados pelas Cortes de Lisboa. Nessa época, ocorreu o episódio da madre Joana Angélica, superiora do convento Nossa Senhora da Conceição, que tentou impedir, com o sacrifício da sua própria vida, a invasão do mosteiro, onde se escondiam os brasileiros refugiados das primeiras derrotas sofridas.

Só no ano seguinte, as forças lusas foram derrotadas pelo ataque da esquadra do Almirante Cochrane, contratada pelo Governo Imperial.

No Pará, mesmo antes da independência, havia lutas entre a população nativa e os membros da Junta Governativa, fiel a Portugal. O cônego Batista de Campos liderava a luta dos setores populares pela emancipação e por "outras melhorias". O almirante Grenfell conseguiu dominar, praticamente sem luta, os portugueses, mas reprimiu violentamente o movimento popular.

Houve lutas ainda no Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo e na Cisplatina. Mas, em todos os casos, o povo foi sempre usado como "bucha de canhão", ou seja, não lhe cabia conduzir ou discutir o processo de independência, mas somente lutar. A participação popular se revestiu de um nativismo radical dirigido contra a figura do português. A idéia de "nação" não passava de uma idéia artificial tanto para o povo quanto para as elites. Não havia uma integração nacional: a economia mantinha-se voltada para o exterior e as relações das províncias com a Europa eram muito mais fortes que as relações das províncias entre si.

3. O Reconhecimento Externo da Independência

Controladas as lutas internas, o Império se dedicou à tarefa de obter o reconhecimento da independência por parte de outros governos. Como país agroexportador, o Brasil precisava estreitar suas relações comerciais, especialmente com a Europa. A Inglaterra logo se prontificou a servir de mediadora entre Brasil e Portugal. Os ingleses desejavam fazer bons investimentos no Brasil e interessavam-se em manter aqui a Monarquia para evitar o surgimento de uma República forte sob influência dos Estados Unidos.

A Inglaterra condicionava o reconhecimento da independência à extinção do tráfico negreiro para melhorar as condições de competição para as colônias inglesas. Na própria América Latina, o Brasil enfrentava resistência, pois os vizinhos republicanos não concordavam com a ocupação da Cisplatina. O primeiro país a reconhecer o Brasil independente foram os Estados Unidos, com base na Doutrina Monroe, reação norte-americana diante das pretensões recolonizadoras da Santa Aliança. Pretendiam também, com o rápido reconhecimento, obter privilégios comerciais e fortalecer sua posição de potência política e econômica.

Após muitas negociações, Portugal aceitou a independência do Brasil, por meio dos Tratados de Paz e Amizade, em 1825. A antiga metrópole reconheceu a separação, com a condição de que fossem respeitados os bens dos portugueses, confiscados durante o processo de emancipação e que se restabelecessem os privilégios portugueses nas relações comerciais com a taxa de 15%. Além disso, Portugal impôs o pagamento de dois milhões de libras esterlinas, como indenização pelos prejuízos causados pela separação. Para fazer frente a esses compromissos, o governo de D. Pedro I lançou mão de elevados empréstimos junto a bancos ingleses. Era o início da dívida externa do Brasil independente.

Gravura mostrando José Bonifácio sendo saudado por D. Pedro I e pelo povo brasileiro, representado por um branco, um índio e uma negra.

4. A Assembléia Constituinte

A convocação da Assembléia Constituinte em junho de 1822, fizera parte das medidas emancipacionistas frente às Cortes. Mas essa assembléia só pôde se reunir em maio de 1823, graças à intensa mobilização militar do período.

O anteprojeto constitucional aprovado pela Assembléia (Constituição da Mandioca ou Projeto Antônio Carlos) teve a repulsa do imperador, pois limitava os seus poderes perante o Legislativo e restringia os direitos políticos de portugueses. A crescente oposição entre a Assembléia e o imperador levou este último a optar por um ato de força: decretou a dissolução da Assembléia em 11/11/1823 (Noite da Agonia), iniciando-se uma escalada de repressão aos setores oposicionistas. Rolaram muitas cabeças. José Bonifácio, antes braço direito de Dom Pedro no momento da independência, cai em desgraça e prefere o exílio. A dissolução da Constituinte marca a ruptura do imperador com a aristocracia rural brasileira e, a partir desse momento, a crise política será quase permanente, explicando a crescente impopularidade do imperador até o final de seu reinado.

O governo do imperador D. Pedro I ficou seriamente abalado diante da opinião pública, principalmente com a aristocracia rural, quando do fechamento e dissolução da Assembléia Constituinte. A imagem do imperador tornou-se antipática com essa demonstração de absolutismo, que ficou mais evidente quando nomeou um Conselho de Estado para redigir uma constituição que fosse de seu agrado.

5. A Constituição Outorgada de 1824

Dissolvida a Assembléia Constituinte, D. Pedro nomeou um Conselho de Estado, composto por dez membros, a fim de elaborar uma nova constituição. Depois de ser enviada a todas as Câmaras Municipais e não sofrer nenhuma emenda ou crítica significativa (apenas Itu e Salvador fizeram algumas críticas), foi finalmente outorgada em 5 de março de 1824.

Baseada nas idéias francesas e inglesas e com algumas influências da Constituição Portuguesa, a Constituição de 1824 estabelecia:

1– monarquia unitária;

2– governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo;

3– catolicismo como religião oficial;

4– submissão da Igreja ao Estado;

5– voto censitário e descoberto;

6– eleições indiretas por meio dos eleitores de paróquia e dos eleitores de província. Os eleitores de paróquia elegiam os eleitores de província, e estes elegiam os deputados;

7– quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. O Executivo era de competência do imperador e de seus ministros; o Legislativo era exercido pela Assembléia Geral composta pela Câmara dos Deputados (eleita por quatro anos) e do Senado; o Judiciário era exercido pelo Supremo Tribunal de Justiça; e o Moderador, poder pessoal e exclusivo do imperador, era a chave de todo o sistema, na medida em que legalizava o seu absolutismo e permitia a existência do Conselho de Estado, vitalício e nomeado pelo imperador.

6. A Crise Econômica

Na época da independência, o Brasil dependia essencialmente da exportação de produtos agrários: algodão, açúcar, couro e fumo, os quais representavam então a base das exportações. O algodão sofria concorrência da produção norte-americana, melhor e mais barata do que a brasileira; o açúcar sofria a concorrência da produção cubana e do desenvolvimento da obtenção do açúcar de beterraba na Europa; o couro sofria a concorrência da pecuária do rio do Prata.

A crise econômica teve dois efeitos paralelos: de um lado, reduziu a arrecadação fiscal do governo, que passou a enfrentar extrema falta de recursos financeiros; de outro, levou à decadência as províncias ligadas à produção daqueles artigos, particularmente nas áreas riograndense e nordestina.

7. A Crise Política

Após a dissolução da Assembléia e a outorga da Constituição, a popularidade de D. Pedro I entrou em franco declínio, acentuando-se cada vez mais, até culminar com sua abdicação em 1831.

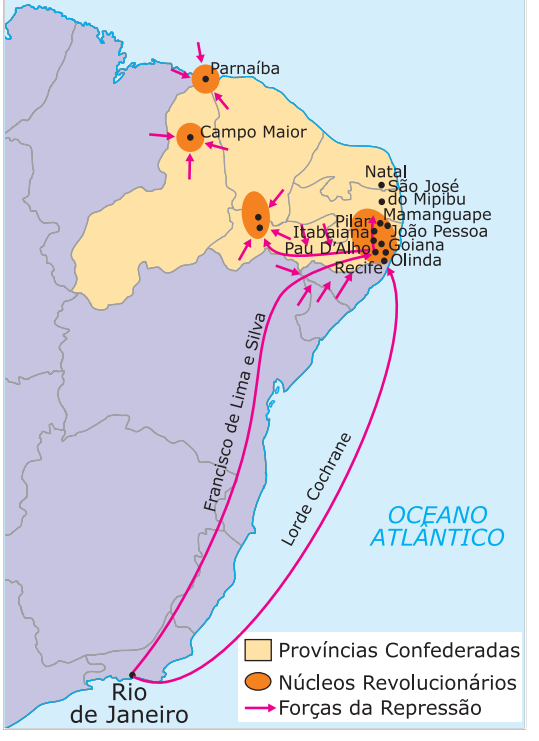
Entre os fatores que contribuíram para esse declínio, podemos destacar:

- o caráter absolutista do imperador que o levava a governar sem considerar as opiniões do legislativo;
- a repressão violenta feita à Confederação do Equador, revolta ocorrida no Nordeste em 1824, de caráter liberal e republicano, sob a chefia de Manuel Pais de Andrade. Após diversos combates, principalmente em Pernambuco, onde teve origem, a revolta foi sufocada e a maioria de seus líderes fuzilados após sumários julgamentos. A violência da repressão contribui para impopularizar ainda mais o imperador;

c) a Guerra da Cisplatina, iniciada com a revolta dos habitantes da região contra a dominação brasileira. A intervenção da Argentina no conflito levou o Brasil a declarar guerra àquele país. Após dois anos de combates, e várias derrotas do exército e marinha brasileiros, a Inglaterra interveio e propôs a assinatura de um acordo entre Brasil e Argentina. Esse acordo, assinado em 1828, reconheceu a independência da região, cujo nome passou a ser República Oriental do Uruguai;

As Províncias Confederadas

Ao mesmo tempo em que os rebeldes tentavam agregar novas regiões, as tropas imperiais organizavam a reação a partir do Rio de Janeiro.



Frei Caneca momentos antes de ser fuzilado, condenado pela sua participação na confederação do Equador. Nenhum carrasco quis enforcá-lo, daí sua execução pelo fizilamento.

- o envolvimento de D. Pedro I na sucessão do trono português, devido à morte de D. João VI em 1826. Apesar de ter abdicado do trono português em favor de sua filha D. Maria da Glória, o interesse do imperador pelos negócios de Portugal despertaram contra ele as suspeitas dos brasileiros.

Marquesa de Santos, amante preferida de D. Pedro I, com quem teve cinco filhos. Quando D. Pedro I abdicou do trono e voltou para Portugal, casou-se com o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. Faleceu em 1867, aos 70 anos, após doar toda a sua fortuna ao exército brasileiro que combatia no Paraguai.

D. Maria da Glória, filha de D. Pedro I, tornou-se rainha de Portugal aos 15 anos.

8. A Abdicação

No final do ano de 1830, D. Pedro I fez uma viagem a Minas Gerais, recebendo manifestações bastante frias com a sua presença. De volta ao Rio de Janeiro, os portugueses ali residentes receberam-no com grandes homenagens que resultaram em conflitos de rua – conhecidos como **Noite das Garrafadas** – entre portugueses e brasileiros.

Para acalmar os ânimos, o imperador nomeou um novo ministério, a 20 de março de 1831, composto apenas por brasileiros, o que não conseguiu normalizar a situação. Quinze dias depois, D. Pedro I nomeou um novo ministério, conhecido como **Ministério dos Marqueses,** profundamente impopular. Diante desse fato, a população revoltou-se, no que foi acompanhada pelo Exército e pela própria Guarda Imperial. Assim, D. Pedro I resolveu abdicar do trono, em 7 de abril de 1831, partindo em seguida para Portugal.

D. Pedro I entrega ao Major Miguel de Frias, na madrugada do dia 7 de abril de 1831, o documento em que abdicava do trono brasileiro e partia para Portugal a fim de tornar-se D. Pedro IV.

Com a abdicação de D. Pedro I, chega a revolução da Independência ao termo natural de sua evolução: a consolidação de "estado nacional". O primeiro reinado não passara de um período de transição em que a reação portuguesa, apoiada no absolutismo precário do soberano, se conservara no poder. Situação absolutamente instável que se tinha de resolver ou pela vitória da reação – a recolonização do país, que várias vezes, como vimos, ameaçou o curso natural da revolução – ou pela consolidação definitiva da autonomia brasileira, noutras palavras, do 'estado nacional'. Esse é o resultado a que chegamos com a revolta de 7 de abril. (Prado Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*, Ed. Brasiliense.)

Exercícios Resolvidos

01. (FCC-SP) A independência do Brasil (1822) é um assunto sujeito a controvérsias, pois, segundo alguns autores, entre outros fatores:

a) o sistema colonial já estava comprometido desde a época pombalina; desse modo já havia razoável liberdade em relação à metrópole.

b) a aceleração do processo administrativo no Brasil, no século XVIII, já tinha tornado a colônia realmente independente.

c) a ação das elites econômicas, comprometidas com o processo social, se antecipou ao envolvimento dos políticos em 1822.

d) não houve ruptura real do regime colonial, uma vez que a subordinação à metrópole foi substituída pela dependência à Inglaterra.

e) a estrutura econômica da colônia já deixava antever uma independência política com bastante antecedência.

Resposta: *D*

02. *Os cabras (apelidos dos brasileiros) irão, decerto, interromper a festa, com um ataque ao molde… da noite anterior.*

É a cilada.

De fato, ali pelas 10 horas, levas de nacionais invadem o quarteirão português.

A cena de uma rua é, a um só tempo, a mesma de todo o quarteirão. Os pés de chumbo (portugueses) deixam que a cabralhada se aproxime o mais possível. E inesperadamente, de todas as portas, chovem garrafas inteiras e aos pedaços sobre os invasores. O sangue espirra, testas, cabeças, canelas…. Gritos, gemidos, uivos, guinchos.

É inverossímil.

E a raça toda, de cacete em punho, vai malhando… E os corpos a cair ensangüentados sobre os cacos navalhantes de garrafas.

(Correia, V., 1933, p.42)

A que fato refere-se o texto?

Resposta

Aos conflitos entre os manifestantes e comerciantes portugueses no Rio de Janeiro, que ficaram conhecidos como "Noite das Garrafadas", às vésperas da abdicação de Dom Pedro I.

Capítulo 02. Regências

1. Introdução

Em abril de 1831, como resultado dos atritos com a aristocracia rural, D. Pedro I, sem condições de governar, abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho e herdeiro Pedro de Alcântara, com apenas 5 anos de idade. De acordo com a Constituição de 1824, sendo o herdeiro menor de idade, o Executivo seria exercido por uma junta de Regentes, três ao todo, escolhidos pela Assembléia Nacional.

Os nove anos do período regencial foram de grande agitação política e social, ameaçando a integridade política do país com revoltas separatistas. Algumas dessas revoltas representaram a divisão da aristocracia rural quanto à orientação política e governamental a ser implantada, como também a luta das camadas populares por condições de vida e participação política nos destinos do país.

O período regencial divide-se em duas fases: o Avanço Liberal e o Regresso Conservador. A primeira fase compreende as duas regências trinas e a regência una de Diogo Feijó, enquanto a segunda corresponde à regência una de Araújo Lima.

2. O Avanço Liberal

Ao se iniciarem as regências, surgem também os partidos políticos que marcariam essa fase:

- **Partido Restaurador** – Seus componentes eram conhecidos como **Caramurus** e pretendiam o retorno de D. Pedro I e a restauração do absolutismo. Reuniam-se na Sociedade Militar.
- **Partido Liberal Moderado** – Composto pelos Chimangos, como eram conhecidos os grandes proprietários rurais, defendia maior centralização do poder político-econômico, a escravidão e o latifúndio. Reunia-se na Sociedade Defensora da liberdade nacional.
- **Partido Liberal Exaltado** – Chamado de **Farroupilhas**, compunha-se de alguns latifundiários mais liberais e elementos vindos das camadas médias. Defendiam a descentralização política e reuniam-se na Sociedade Federal.

2.1. Regência Trina Provisória

Eleita após a abdicação, em condições provisórias, até que os deputados, em férias, tivessem possibilidade de se reunir e, dessa forma, eleger a regência trina permanente.

2.2. Regência Trina Permanente

Composta pelo Brigadeiro Francisco Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho. Entretanto, o elemento de maior destaque foi o Ministro da Justiça, Diogo Feijó, que teve de enfrentar as primeiras revoltas regenciais. Assim, promulgou o Código de Processo Criminal que atribuía aos juízes de paz poderes judiciais e policiais; em 1831, criou a Guarda Nacional, composta por grandes proprietários rurais, que adquiriram do governo a patente de "coronel".

Esses "coronéis" arregimentavam "soldados" para seus "exércitos", a fim de colaborar no controle das revoltas que se sucediam em todo o país. Entretanto, esse poder concedido aos proprietários rurais deu origem, mais tarde, a um dos maiores entraves à democracia: o coronelismo baseado no **clientelismo**.

Ao mesmo tempo, Feijó implementava uma política de contenção de gastos, possibilitando uma redução de 36% nas despesas do governo em relação a 1830.

Em 1834 foi aprovado, graças às alianças feitas entre os liberais moderados e exaltados, o Ato Adicional, que modificava a Constituição de 1824, adotando as seguintes medidas:

– extinção do Conselho de Estado;

– criação das Assembléias Legislativas Provinciais, com atribuição de criar leis locais, possibilitando, assim, uma descentralização política;

– criação do Município Neutro do Rio de Janeiro, capital do Império;

– extinção da Regência Trina, eleita indiretamente, e criação da Regência Una com eleição direta.

Essas reformas não atingiam as bases dos privilégios político e econômico da aristocracia rural, mas apenas refletiam o antigo desejo de uma boa parte dos liberais por uma descentralização política, ao mesmo tempo que se diminuía o poder do Executivo.

2.3. A Regência Una de Feijó

Padre Diogo Antônio Feijó, primeiro regente uno do Período Regencial, que correspondeu a uma experiência republicana em pleno regime monárquico. Suas posições liberais, num contexto político conturbado, provocaram a reação das elites conservadoras e da Igreja, que passou a criticá-lo por suas idéias, principalmente contra o celibato clerical, e pela interferência da Igreja em assuntos de política interna do país.

As eleições diretas para a eleição do regente uno contou com apenas 6 mil eleitores, tendo Feijó recebido 2 826 votos e seu concorrente, derrotado, recebido 2 251.

Feijó tomou posse em 12 de outubro de 1835 num momento turbulento, marcado pelo aumento das proporções da Revolta dos Farrapos, no sul do país, e pelo início da Cabanagem, no Pará.

Diante desse quadro de revoltas que colocavam em perigo a unidade nacional e da intensa participação popular, havia outro aspecto não menos perigoso para a aristocracia rural: a participação de escravos. Os proprietários rurais temiam que as revoltas políticas virassem revoltas de escravos, como ocorrera na Bahia, com a Revolta dos Malês.

Feijó pediu ao Parlamento mais poderes para fazer frente à situação. Um deputado da oposição, Rodrigues Torres, concluiu, após o discurso de Feijó, que era preciso "interpretar o Ato Adicional e coibir as liberdades democráticas". O Parlamento, que apresentava maioria de oposição, passou a apoiar esse ponto de vista do deputado Rodrigues Torres.

Feijó não percebeu, ou ignorou, que essa maioria se fortalecia e contava com todo o apoio da elite dominante do país. Para complicar mais ainda a sua situação, a Igreja, na qual ele era padre, passou a criticá-lo por suas idéias contrárias aos interesses dela, como por exemplo, dando declarações públicas contra o celibato clerical e contra a interferência da Igreja em questões de política interna do país.

Com a morte de D. Pedro I em Portugal, os Restauradores uniram-se aos moderados conservadores, formando o Partido Regressista, enquanto os Exaltados uniram-se aos Moderados mais liberais e formaram o Partido Progressista.

Como Feijó ficou com o Partido Progressista, que era minoria, e o Regressista era maioria, foi possível realizar uma ferrenha oposição ao regente que, com a saúde abalada, resolveu renunciar à regência em 19 de setembro de 1837. Estava acabando o Avanço Liberal e iria começar o Regresso Conservador.

3. O Regresso Conservador

Como regente interino, Araújo Lima organizou um novo ministério, com políticos da facção majoritária do Parlamento, conhecida como regressista. O novo ministério ficou conhecido como Ministério das Capacidades, destacando-se a presença de Bernardo Pereira de Vasconcelos, até então um dos mais importantes líderes liberais. Ele mesmo explica por que mudou de lado: "Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria o risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia".

Pedro de Araújo Lima, segundo regente uno, pôs fim ao avanço liberal e deu início ao regresso conservador. Entre os ministros nomeados por Araújo Lima, estavam Bernardo Pereira de Vasconcelos (ministro da Justiça e do Império), arquiinimigo de Feijó e uma das maiores expressões do conservadorismo, e Joaquim José Rodrigues Torres (ministro da Marinha) que, durante a regência de Feijó, afirmou na Assembléia, em discurso: ... "precisamos interpretar o Ato Adicional e coibir as liberdades democráticas". Percebe-se, então, que o pessoal que estava assumindo era bastante conservador.

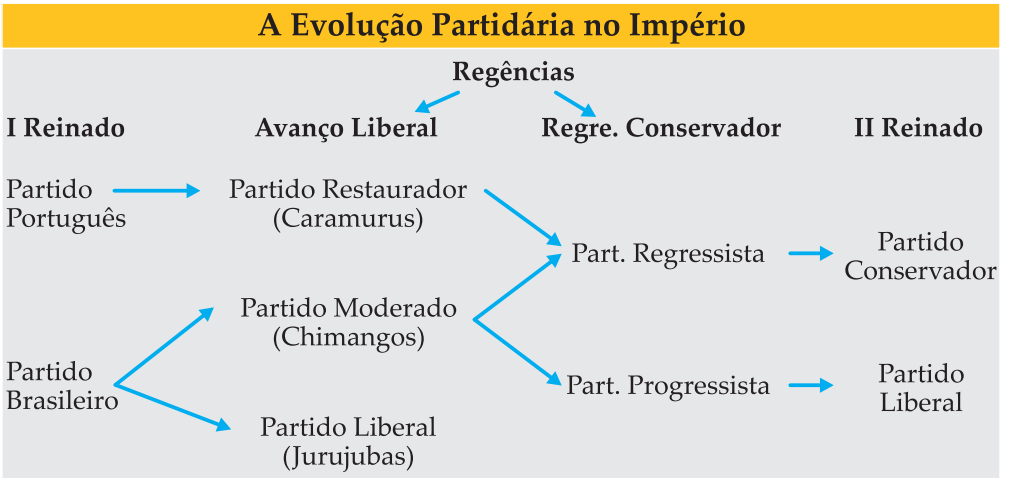
Dessa forma, Bernardo Pereira de Vasconcelos exprimiu não só o ponto de vista dos regressistas, mas da própria elite dominante, receosa de um avanço popular em seus direitos, chegando, inclusive, a confundir democracia com **anarquia**.

Em 1838, na eleição para a escolha de um novo regente, foi eleito o próprio Araújo Lima. Agora, o poder estava nas mãos dos regressistas, facilitando a revogação das reformas liberais feitas pelo Ato Adicional.

Com a promulgação da lei de Interpretação do Ato Adicional, em maio de 1840, centralizou-se novamente o poder com a retirada de várias atribuições das Assembléias Provinciais. Foi o regresso conservador. Ao mesmo tempo, os liberais faziam a campanha da maioridade.

4. O Golpe da Maioridade

A Campanha da Maioridade teve início com o Partido Progressista, que estava fora do poder desde a renúncia de Feijó, em 1837. A opinião pública, trabalhada pela propaganda do Clube da Maioridade e cansada de tanta agitação, acreditava que a ascensão de Pedro de Alcântara ao trono poderia contribuir para pacificar e unir o país. Em 1840, o Partido Progressista, já em transição para Partido Liberal, formou uma comissão para exigir um reunião da Assembléia Geral (Câmara e Senado), a fim de submeter o projeto ao herdeiro. Apesar de algumas resistências, o projeto foi aprovado e Pedro de Alcântara tornou-se, aos 15 anos de idade, o novo imperador do Brasil, como D. Pedro II.



Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que ela foi criada:

a) pelo imperador D. Pedro II, e era por ele diretamente comandada, razão pela qual tornou-se a principal força durante a Guerra do Paraguai.

b) para atuar unicamente no Sul, a fim de assegurar a dominação do império na província Cisplatina.

c) segundo o modelo da Guarda Nacional Francesa, o que fez dela o braço armado de diversas rebeliões no período regencial e início do segundo reinado.

d) para substituir o exército extinto durante a menoridade, o qual era composto, em sua maioria, por portugueses e ameaçava restaurar os laços coloniais.

e) no período regencial, como instrumento dos setores conservadores destinados a manter e restabelecer a ordem e a tranqüilidade públicas.

Resposta: *E*

02. (Fuvest-SP) Quais as mudanças introduzidas pelo Ato Adicional de 1834 no regime político e administrativo do Império brasileiro? Explique as circunstâncias históricas em que foram adotadas.

Resposta

O Ato Adicional criou as Assembléias Provinciais, descentralizando o sistema político-administrativo, criou o município neutro (RJ) e extinguiu o conselho de Estado. Essas medidas foram adotadas num momento de profunda crise política em que estava o país, alastrando-se pelas oligarquias e nas camadas populares.

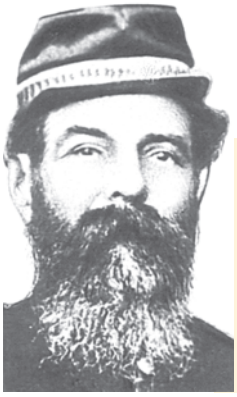
5. Revoltas Regenciais

5.1. Introdução

O período regencial (1831-1840) caracterizou-se pelas violentas revoltas que eclodiram em várias partes do país. As tendências políticas iam do mais arraigado absolutismo até ao liberalismo mais democrático ameaçando a unidade territorial. Essas lutas, porém, tiveram uma característica importante: a participação popular. As divisões dentro da classe dominante abriram espaço para que a massa de homens livres empobrecidos e até mesmo escravos se revoltassem contra os privilégios da aristocracia agrária, exigindo para si melhores condições de vida. As aspirações populares, embora conduzidas na maioria das vezes desorganizadamente, ganharam uma autonomia que nem os mais radicais podiam esperar. Sobre essas revoltas abateu-se uma repressão intensa e a violência foi uma constante.

5.2. Revolução Farroupilha

Rio Grande do Sul (1835-45)



Bento Gonçalves, um dos mais importantes líderes da Farroupilha. Preso em 1836, conseguiu fugir da cadeia no ano seguinte graças à ajuda da maçonaria.

Às vezes, os conflitos regenciais opunham as elites regionais ao poder central, como aconteceu na guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha. Na província do Rio Grande do Sul formou-se um grupo de estancieiros, economicamente ligados à pecuária, que detinha o poder político e econômico da região. Esses pecuaristas ressentiam-se da pouca importância política de sua província no Império e eram defensores do federalismo. Em 1835, aproveitando-se das brigas entre os membros do poder central, e alegando que o charque produzido no Rio Grande sofria concorrência desleal do charque argentino e uruguaio, os gaúchos iniciaram a Guerra dos Farrapos sob a liderança de Bento Gonçalves, que depôs o presidente da província. O movimento tinha por objetivo fundar uma República independente do restante do Brasil.

Em 1839, os farrapos já haviam conquistado o Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina, onde fundaram a República Juliana, confederada à República Rio-Grandense. Apesar de se caracterizar como um movimento de elite, teve grande participação popular, motivada pelo interesse na autonomia local e também porque os trabalhadores gaúchos eram, em sua maioria, homens livres, uma exigência da pecuária. A Farroupilha foi a única rebelião que o governo regencial de Araújo Lima não conseguiu sufocar.

Revolta dos Farrapos, foi a mais longa revolta da história do Brasil – 10 anos – e só terminou quando Caxias negociou com os farrapos.

Giuseppe Garibaldi lutou ao lado dos farroupilhas. Durante sua estada no Brasil conheceu Anita, com quem se casou e, mais tarde, ajudou-o na unificação política da Itália.

Em 1842, já em pleno II Império, Caxias foi nomeado presidente e comandante de armas da província. Combinando habilmente uma política de apaziguamento e de ataques militares, Caxias conseguiu, em 1845, realizar acordos com vários chefes rebeldes, principalmente com Davi Canabarro. Não foi uma rendição incondicional. O governo imperial concedeu anistia geral aos revoltosos, os oficiais farroupilhas integraram-se ao Exército brasileiro com as mesmas patentes que tinham no exército farroupilha e as dívidas da República de Piratini foram assumidas pelo Império.

5.3. Revolta dos Malês: Bahia (1835)

Negros de ganho vendiam de tudo pelas ruas, como esse da figura que vende peixe, e entregavam aos seus senhores uma parcela do que conseguiam.

No lado oposto da rebelião gaúcha, que brigava pelos interesses da elite do Rio Grande, estava a Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia, que foi uma revolta de escravos e negros libertos contra os maus-tratos e discriminações que sofriam. Metade da população de Salvador era formada por negros, a maioria escravos de ganho que faziam todo tipo de serviço para sustentar seus donos. Por causa de suas atividades, esses escravos tinham certa liberdade que lhes permitia participar de associações como os grupos de cultura islâmica, de onde se origina o nome **malê**, que servia para identificar os negros que sabiam ler e escrever em árabe.

Os malês eram tradicionalmente rebeldes, mas, em 1835, resolveram se armar e fazer uma revolução para matar os brancos e mulatos, libertar todos os escravos e fundar uma nação negra. A sociedade secreta que tramou a revolta contava com cerca de 1500 adeptos, entre escravos e negros forros. A insurreição foi denunciada e sufocada antes mesmo da eclosão; os malês ainda lutaram por alguns dias, mas foram massacrados pelas forças regenciais. A repressão foi severa e pretendia acabar com todos os participantes da conjuração; no fim, os mortos foram em sua maioria negros libertos, porque os senhores de escravos intervieram a favor de seus cativos, já que não estavam dispostos a perder o seu patrimônio.

5.4. Sabinada: Bahia (1837-1838)

A Sabinada foi uma revolta ocorrida na Bahia contra o poder central. Um dos seus líderes foi o médico e jornalista Francisco Sabino, do qual decorreu o nome de sabinada. Da revolta, participaram vários setores da sociedade de Salvador, de comerciantes até ex-escravos.

A Bahia vinha sendo palco de várias revoltas desde a independência, entre as quais se destacaram as rebeliões de escravos, principalmente a dos negros malês.

Os revoltosos eram contrários à centralização política e propunham um governo republicano e independente até que D. Pedro de Alcântara pudesse assumir o trono brasileiro em 1843. Buscaram um compromisso com relação aos escravos dividindo-os entre nacionais e estrangeiros. Assim, seriam libertados os escravos nacionais e os demais continuariam escravizados.

A regência enviou tropas que cercaram Salvador e, com a ajuda dos senhores de engenho da região do Recôncavo, fiéis ao governo imperial, venceram os revoltosos em 1838. Ao final da violenta repressão, além de milhares de prisioneiros, cerca de 1800 pessoas estavam mortas.

Com a antecipação da maioridade de D. Pedro II, os condenados foram anistiados e colocados em liberdade, mas proibidos de permanecer em Salvador. Sabino transferiu-se para Goiás, onde continuou suas atividades políticas.

5.5. Cabanagem: Pará (1835-1840)

No Pará, a pobreza e o abandono da população que vivia em cabanas às margens dos rios levou índios, mestiços e escravos a se armarem contra o governo provincial instalado pela Regência. No primeiro momento, os cabanos uniram-se à elite rural paraense, mas a aliança durou pouco, uma vez que a aristocracia queria apenas que o governo da província fosse exercido por um de seus mem-

bros, sem romper com o restante do império, enquanto as camadas mais pobres entendiam que suas dificuldades econômicas só seriam resolvidas com mudanças políticas. Já vimos em outros acontecimentos que a aristocracia rural apoiava as rebeliões populares enquanto as reivindicações destes não colocassem em risco os seus privilégios. Na Cabanagem, aconteceu o mesmo, ou seja, quando as reivindicações dos cabanos começaram a se tornar perigosas para eles, os grandes proprietários abandonaram o movimento.

Os cabanos conseguiram montar um grupo de 3000 homens armados e, em agosto de 1835, tomaram Belém. Foi a única revolta da história do Brasil que resultou na tomada de poder por membros das classes dominadas; esse poder durou apenas nove meses porque os revoltosos não tinham um plano de governo definido, os desafios eram muito grandes já que a situação de miséria atingia quase toda a população paraense e, finalmente, isolados, não receberam ajuda externa nenhuma. Quando as tropas imperiais chegaram, não tiveram grandes dificuldades em vencer os rebeldes. Os que fugiram foram perseguidos até serem capturados e mortos; o combate aos cabanos foi tão excessivo que, calcula-se, exterminou 40% da população do Pará.

5.6. Balaiada: Maranhão (1838-1841)

No final da década de 30, organizou-se no Maranhão uma rebelião popular que envolveu milhares de vaqueiros e escravos, e que foi chamada de Balaiada porque um de seus líderes era fabricante de cestos ou balaios. A crise econômica da província atingiu principalmente os mais pobres, cerca de 90000 escravos passavam fome. Os sertanejos e os escravos formaram um grupo que percorria o interior atacando fazendas e libertando escravos, que fugiam para os quilombos, de onde passavam a atuar junto com os balaios. O quilombo liderado pelo negro Cosme tinha cerca de 3000 escravos fugidos.

Negros, vaqueiros e sertanejos se aliaram contra a elite dominante do Maranhão, numa revolta que durou três anos.

A rebelião havia se generalizado e os liberais maranhenses, chamados de bem-te-vis, resolveram usar o movimento na sua luta contra os conservadores que estavam no poder; passaram a apoiar os balaios, a quem forneceram armas, permitindo que, em julho de 1839, tomassem a cidade de Caxias, onde se instalou um governo bem-te-vi. Em 1840, Luís Alves de Lima e Silva, comandando 8000 homens, atacou Caxias. Diante da força imperial, os liberais abandonaram os balaios, que foram massacrados. Como recompensa pela vitória, Lima e Silva recebeu o título de barão de Caxias.

Observe que o governo regencial agia contra os rebeldes da mesma forma que o governo colonial havia feito durante os trezentos anos de dominação portuguesa; contra a elite, as penas eram leves, contra as classes pobres a violência era soberana, sempre com a justificativa de que se tratava de castigos exemplares.

Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) O período regencial brasileiro é marcado por rebeliões e insurreições de toda espécie, delas se poderia afirmar que:

a) guardam perfeita identidade quanto às suas características principais definidas em manifesto e proclamações.

b) constituem sintoma de uma insatisfação com a política de centralização imposta pelo regente Feijó e seus seguidores.

c) significam claramente as pretensões de acesso à participação política pelas classes dominadas do meio rural e urbano.

d) contribuem para a aglutinação de todas as forças conservadoras, receosas de anarquia popular.

e) propiciam, com suas vitórias, a ascensão da classe média.

Resposta: *C*

02. (Fuvest-SP) No Brasil, tanto no Primeiro Reinado, quanto no período regencial:

a) aconteceram reformas políticas que tinham por objetivo a democratização do poder.

b) ocorreram embates entre portugueses e brasileiros que chegaram a pôr em perigo a independência.

c) disseminaram-se as idéias republicanas até a constituição de um partido político.

d) mantiveram-se as mesmas estruturas institucionais do período colonial.

e) houve tentativas de separação das províncias que puseram em perigo a unidade nacional.

Resposta*: E*

03. (Unicamp-SP) Dentre as rebeliões que eclodiram durante o período regencial, a Guerra dos Farrapos foi a mais longa e de resultados efetivos, uma vez que os rebeldes conseguiram dominar um território e nele instalar um governo próprio. Qual a origem e o objetivo principal da Revolução Farroupilha?

Resposta:

A origem está no ressentimento das elites gaúchas em relação à pouca importância que o poder central dedicava ao Rio Grande e às facilidades dadas à importação do charque argentino e uruguaio, prejudicando a produção gaúcha.

O objetivo era fundar uma república independente do restante do Brasil.

Capítulo 03. Segundo Reinado

1. A Pacificação e a Organização do Estado

1.1. Introdução

Desde a abdicação de D. Pedro I, a possibilidade de antecipar a maioridade do herdeiro, Pedro de Alcântara, foi um joguete nas mãos dos políticos. Se os liberais estavam no poder, os conservadores insistiam na maioridade, mas quando os conservadores iam para o governo, era a vez de os liberais pedirem a antecipação da maioridade. Mas quem sempre desejou a coroação antecipada do herdeiro foram os palacianos, conhecidos como o Clube da Joana.

Pedro de Alcântara é aclamado por populares como D. Pedro II, momentos depois da promulgação da Lei da Maioridade, permitindo dar início à pacificação do país e à união das elites.

Dessa forma, as brigas se prolongaram durante todo o período regencial, tendo-se criado, inclusive, o Clube da Maioridade sob a liderança do senador liberal José Martiniano de Alencar. O movimento acabou liderado por Antônio Carlos de Andrada e a luta pela maioridade transformou-se num golpe palaciano. Os conservadores tentaram barrar o movimento, alegando que a princesa Januária, irmã de D. Pedro de Alcântara, já havia completado dezoito anos e poderia assumir a regência.

Os liberais reagiram gritando "viva a maioridade e viva D. Pedro II". Em seguida, saíram da Assembléia e dirigiram-se para o Senado, onde uma comissão de cinco senadores e três deputados foi formada para falar com D. Pedro de Alcântara e insistir para que ele assumisse o trono.

O garoto de quatorze anos aceitou subir ao trono e, às dez e meia da manhã de 23 de julho de 1840, tornou-se o segundo imperador do Brasil, ficando no poder até 1889 quando houve a proclamação da República. Foi o mais longo governo da história do Brasil.

1.2. O Ministério dos Irmãos e as "Eleições do Cacete"

Logo que assumiu o trono, D. Pedro II formou o seu primeiro ministério com políticos liberais que apoiaram a maioridade. Destacaram-se, neste ministério, os irmãos Andrada e os irmãos Cavalcanti, daí o nome de Ministério dos Irmãos. Como a Câmara dos Deputados era formada por maioria de conservadores, o Ministério dos Irmãos sofreu intensa oposição, encontrando dificuldades para governar. Por isso, os ministros solicitaram que D. Pedro II, por meio do Poder Moderador, dissolvesse a Câmara e convocasse novas eleições. Atendidos, os liberais prepararam as eleições, isto é, prepararam para ganhar. Como não bastassem as velhas artimanhas, como "preparar" o voto, colo-

car crianças nas mesas eleitorais, "fantasmas" para votar, usaram também de extrema violência. Capangas e jagunços armados, identificados por um lenço amarelo amarrado no pescoço e, por isso, conhecidos como "papos amarelos", assaltaram as mesas eleitorais, espancaram adversários políticos, enfim, fizeram um verdadeiro fuzuê em todo o País. Por isso, essas eleições ficaram conhecidas como "eleições do cacete".

Entretanto, os deputados eleitos não chegaram a tomar posse, pois o Ministério dos Irmãos, desmoralizado pelas violências eleitorais, foi demitido e substituído por outro, conservador, que convocou novas eleições. Enquanto isso, o ministério conservador tratou de revogar o que restava do avanço liberal feito pelo Ato Adicional de 1834: foi restaurado o Conselho de Estado, reformado o Código de Processo Criminal e reorganizada a Guarda Nacional.

Nas eleições, os conservadores usaram das mesmas artimanhas e violências que os liberais haviam utilizado anteriormente. E conseguiram vencer. Os liberais não gostaram e se rebelaram.

1.3. As Revoltas Liberais de 1842

O movimento liberal teve início em São Paulo, estendendo-se depois para Minas Gerais. Em São Paulo, a revolta foi liderada por Tobias de Aguiar e por Diogo Antônio Feijó, ex-regente. Em Minas Gerais, a liderança coube a Teófilo Ottoni.

Tobias de Aguiar comandando cerca de 1 500 homens atravessou a Província de São Paulo, passando por várias cidades como Itu e Porto Feliz, onde ficou sabendo que o brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva, na época barão de Caxias, havia prendido Diogo Feijó. Tentou entrar em São Paulo, mas foi derrotado na ponte do rio Pinheiros. Daí, seguiu rumo ao sul, talvez para se juntar aos farroupilhas, porém foi preso em Vacaria.

Teófilo Ottoni, juntamente com Diogo Feijó e Tobias de Aguiar, liderou a Revolta Liberal de 1842 em Minas Gerais.

Logo que derrotou os liberais paulistas, Caxias partiu para Minas Gerais. No início de agosto de 1842, Caxias já se encontrava em Ouro Preto, planejando a ofensiva contra os liberais. Em 20 de agosto de 1842, ocorreu a batalha definitiva, e Caxias soube usar sua experiência contra o despreparo militar dos rebeldes; venceu a batalha e obrigou-os à rendição, acabando com as revoltas liberais.

Caxias, o Estrategista

No dia 20 de agosto de 1842, ocorreu a batalha definitiva entre os rebeldes mineiros e as tropas imperiais comandadas por Caxias.

Os mineiros ocupavam um local estratégico, numa posição favorável, em nível elevado. Caxias provocou-os a atacarem. E os mineiros atacaram. Caxias e suas tropas fugiram para serem perseguidos e, dessa forma, atraíram os mineiros para um terreno onde ficasse mais fácil enfrentá-los, ao mesmo tempo que os colocava entre o fogo cruzado. Quando os mineiros chegaram ao local escolhido, Caxias parou e contra-atacou. Os mineiros, assustados, nem tiveram tempo de dizer "uai".

1.4. A Praieira: Pernambuco (1848)

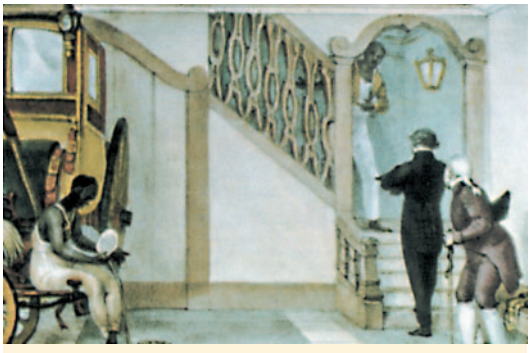
O contexto da revolta foi a situação de crise econômica vivida pela província e, em parte, motivada pela elite agrária regional. Apenas algumas famílias eram donas de todas as terras pernambucanas, e usavam apenas 10% de suas propriedades, deixando 90% das terras improdutivas. A maior parte da mão-de-

obra era escrava, os homens livres, por falta de trabalho no campo, migravam para as cidades em busca de emprego; há muito se deparavam com outra barreira: os portugueses. Uma das conseqüências de o Brasil continuar sendo dirigido pela família real portuguesa foi a proteção que os lusitanos, principalmente os comerciantes, sempre tiveram em nossa terra. As principais casas de comércio pertenciam aos portugueses, que colocavam como empregados somente os seus conterrâneos; por isso, os pernambucanos não conseguiam emprego nas cidades.

Criou-se na província um forte sentimento antilusitano e também uma revolta contra as famílias mais poderosas. Uma quadrinha popular daquele tempo retrata o sentimento das camadas populares em relação aos latifundiários:

Quem viver em Pernambuco,
Deve estar desenganado.
Ou há de ser Cavalcante,
Ou há de ser cavalgado.

Cavalcante, evidentemente, era uma das famílias poderosas.



O monopólio do comércio pelos potugueses e o poder concentrado nas mãos de poucas famílias, marginalizando grande parte da população, fez de Recife uma cidade de ânimos exaltados.

Somando-se à revolta popular, havia o descontentamento dos grupos mais radicais do Partido Liberal que defendiam idéias de justiça social no jornal *Diário Novo*. Como a tipografia do jornal situava-se na praia, os liberais exaltados de Pernambuco formaram um grupo chamado **Partido da Praia** que, na realidade, era uma dissidência do Partido Liberal.

No Partido da Praia destacaram-se dois segmentos: o primeiro, legalista e monarquista, liderado por Nunes Machado; o segundo, republicano, liderado por Borges da Fonseca e Pedro Ivo da Silveira. Foram estes últimos que, unindo-se aos populares, revoltados contra as péssimas condições de vida, levaram a Revolução Praieira a se aproximar dos movimentos de contestação social vividos na Europa no período, principalmente da insurreição operária francesa de 1848.

Em junho de 1848, os praieiros passaram a reivindicar a expulsão dos portugueses, a nacionalização do comércio, a extinção do poder moderador, entre outras reformas que foram formalizadas, mais tarde, no Manifesto ao Mundo. O governo imperial reagiu nomeando um presidente conservador para a província; esse ato fez os liberais pegarem em armas contra os conservadores. No mês de dezembro, chegou a Recife um novo presidente com instruções do imperador para fechar o jornal praieiro e prender os participantes do movimento. Nesse momento, a revolta já havia contagiado setores pobres da população, pequenos arrendatários, vaqueiros, mascates e ex-escravos, e a prisão dos liberais não foi suficiente para abafar a insurreição.

Percebendo a chance de vitória, Pedro Ivo organizou os segmentos populares sob sua liderança e partiu para conquistar Recife, em fevereiro de 1849; sua tentativa foi malograda porque as forças imperiais estavam melhor preparadas para a luta. Os praieiros foram derrotados e Pedro Ivo mandado para uma prisão do Rio de Janeiro, de onde fugiu tempos depois, contribuindo para criar a imagem de herói popular que, mesmo lutando em desvantagem, conseguiu se safar da repressão do governo e fugir para o sertão, onde continuou lutando.

Entretanto, traído pelo próprio pai, Pedro Ivo acabou sendo preso por tropas imperiais, pondo fim definitivamente ao movimento praieiro.

1.5. O Parlamentarismo e a Política de Conciliação

Os partidos políticos do Segundo Império foram o Liberal e o Conservador, mas devem ser entendidos como grupos políticos rivais que se inseriam dentro de uma mesma estrutura social. Apesar das divergências que eventualmente apareciam, tanto liberais como conservadores tinham um ponto básico em comum: a manutenção do trabalho escravo e o afastamento das camadas populares do processo político. Esses dois partidos, que se alternavam no poder, preocupavam-se tão-somente com a defesa dos interesses das camadas dominantes.

Em 1847, o imperador criou a presidência do Conselho de Ministros, implantando o parlamentarismo. Com esse sistema de governo, pretendia-se diminuir os conflitos entre os grupos que constituíam a aristocracia rural, representados pelos dois partidos e pelo poder moderador. O imperador nomeava o presidente do Conselho que, então, montava a equipe de ministros. As possibilidades de manobras políticas aumentaram para as elites agrárias, que passaram a defender seus interesses de maneira mais eficiente.

Ficou conhecido como "parlamentarismo às avessas", pois, baseado no parlamentarismo inglês, funcionava de acordo com o Poder Moderador. Isto é, o Legislativo, ao invés de nomear o Executivo, estava subordinado a este.

O jornal *O Cabrião* publicou a gravura acima mostrando a venda de bons empregos, títulos e comendas, como se fosse um comércio. D. Pedro II, como se fosse, o "dono do boteco", fiscaliza as operações de negócios. O índio, ajoelhado, "morre" de vergonha diante da corrupção.

Agora, o Poder Moderador estava em harmonia com os interesses dos partidos políticos, diferente do que ocorrera no Primeiro Reinado. No Segundo Reinado, o parlamentarismo garantiu o revezamento dos partidos políticos no governo e isso trouxe "estabilidade política" à Monarquia, cujo modelo político era a centralização administrativa do Império para atender os proprietários de terra e de escravos.

De um lado, o revezamento era possível porque os dois partidos se assemelhavam. De outro, o revezamento limitava, em âmbito local, a autonomia dos senhores rurais que, por isso, precisavam sempre recorrer ao poder central. Por meio da centralização política, o Império representava a ordem que fora tão ameaçada no Primeiro Reinado e nas Regências. O Império era a ordem, porque garantia a indispensável tranqüilidade para a aristocracia rural exercer o poder em seu benefício.

O imperador nomeava um presidente conservador ou liberal de acordo com a conjuntura política. O Partido Conservador esteve por mais tempo na situação. Quando governou de 1848 até 1853, promoveu a extinção do tráfico negreiro, o impulso à imigração, o envio dos trabalhadores assalariados para o campo e a implantação de reformas financeiras. Com a derrota das revoluções liberais e diante da situação de crise provocada fundamentalmente pela transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, liberais e conservadores se uniram em 1853, sob a liderança de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, formando o Ministério da Conciliação, composto por membros dos dois partidos.

Em 1857, devido a uma grave crise financeira, caiu o Ministério da Conciliação, agora sob a presidência do Marquês de Caxias, mas sem romper totalmente com o espírito de ajustamento e entendimento político. Novas crises econômicas seguiram-se até 1868. Todas relacionadas com a questão da emissão monetária pelos bancos privados para fornecer empréstimos aos setores industrial, agrícola e comercial diante da incapacidade do Banco do Brasil em multiplicar suas filiais.

Novas composições políticas apresentavam novas conciliações criando a Liga Progressista, resultado da aliança de grupos dissidentes entre os conservadores e os liberais. Essa Liga Progressista governou no período de 1862 a 1868, sob a liderança de Zacarias de Góes.

Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) Durante o Segundo Reinado, o governo de D. Pedro II se caracterizou pela alternância no poder dos partidos Liberal e Conservador; no entanto, no período de 1853-1857 houve uma fase política característica denominada fase:

a) da Conciliação.

b) da Transição.

c) da Coligação.

d) da Unificação.

e) da Reação.

***Resposta**: A*

02. (Mackenzie-SP) Sobre o parlamentarismo praticado durante quase todo o Segundo Reinado e a atuação dos partidos Liberal e Conservador, podemos afirmar que:

a) ambos colaboraram para suprimir qualquer fraude nas eleições e faziam forte oposição ao centralismo imperial.

b) as divergências entre ambos impediram períodos de conciliação, gerando acentuada instabilidade no sistema parlamentar.

c) organizado de baixo para cima, o parlamentarismo brasileiro chocou-se com os partidos Liberal e Conservador, de composição elitista.

d) Liberal e Conservador, sem diferenças ideológicas significativas, alternavam-se no poder, sustentando o parlamentarismo de fachada, manipulado pelo imperador.

e) os partidos tinham sólidas bases populares e o parlamentarismo seguia e praticava rigidamente o modelo inglês.

***Resposta**: D*

2. Econonomia do Século XIX

2.1. Introdução

Da segunda metade do século XIX em diante, o Brasil passou por grandes transformações econômicas e sociais, graças ao desenvolvimento de um processo de modernização e urbanização, como também de um desenvolvimento dos meios de transporte, comunicação e sistema de créditos.

Vários produtos de alto valor comercial no mercado externo, como o cacau e o algodão e, principalmente, o café, ganharam destaque na pauta de exportações brasileiras. A mão-de-obra escrava foi sendo substituída, gradativamente, pela assalariada, constituída basicamente por imigrantes.

Todas essas mudanças foram estabelecidas num contexto conservador: mantinha-se o caráter elitista da dominação política, ao mesmo tempo que a economia avançava no sentido do desenvolvimento capitalista, tornando-se mais racional, produtiva porém com dinâmicas para tentar manter a exclusão social.

2.2. O Café

Originário da África, o café foi introduzido no Pará no início do século XVIII. Propagou-se rapidamente como planta decorativa pelo interior do Pará e chegou até Santa Catarina e interior de Goiás. No final do século XVIII, passou a ser plantado no litoral e na Baixada Fluminense, para ser utilizado como bebida.

A exportação do café passou a ser efetuada com relativa importância no início do século XIX, com a produção do vale do Paraíba.

A expansão da lavoura de café correspondeu a uma soma de qualidade de solo, índice de chuvas e temperatura. As regiões ocupadas a partir de 1850 utilizaram, basicamente, a mão-de-obra imigrante, principalmente italiana. Daí a terra vermelha dessas regiões ficar conhecida como terra roxa (do italiano *rossa* = vermelha).

Possuía uma estrutura produtiva tradicional, tipicamente colonial: o trabalho era exclusivamente escravo com total ausência de mecanização. Além disso, eram grandes as dificuldades de escoamento da produção até o porto do Rio deJaneiro, que era feito basicamente por tropas de burros e mulas. A introdução da ferrovia no vale do Paraíba foi tardia, na década de 1860, e contribuiu pouco para o *boom* cafeeiro naquela região.

Esta grande produção cafeeira deu as bases econômicas que faltavam para a ascensão da aristocracia fluminense – os "barões do café" – ao comando do aparelho de Estado na Corte. Esse grupo da elite agrária passou a exercer a plena hegemonia no interior da classe dominante do Império, defendendo seus interesses políticos principalmente por meio da seção fluminense do Partido Conservador – os Saquaremas.

Entretando, os cafeicultores dessa região, preocupados apenas com lucros imediatos e carentes de uma mentalidade empresarial, não aprimoraram as técnicas de produção. A derrubada das matas e o mau aproveitamento do solo levaram à decadência a produção cafeeira do vale do Paraíba. Mais tarde, Monteiro Lobato descreveria essa decadência em seu livro *Cidades mortas*.

Ao mesmo tempo que decaía a produção do vale do Paraíba, o oeste paulista tornava-se a região mais importante na produção do café, graças à presença de um tipo de solo extremamente fértil, conhecido como terra roxa (na verdade, vermelha; os imigrantes italianos chamavam-na de *rossa*, vermelha em italiano, que os brasileiros passaram a entender como roxa). Além disso, essa região possuía uma estrutura de produção bem mais moderna, com a transição para o trabalho assalariado e o caráter empresarial dos cafeicultores. A construção de ferrovias contribuiu também para a expansão cafeeira, à medida que facilitou e barateou o transporte para escoar a produção até o porto de Santos.

Esta produção nos moldes capitalistas contribuiu para uma mentalidade mais avançada do cafeicultor de São Paulo. Os irmãos Pereira Barreto, as famílias Junqueira e Prado, o Coronel Francisco Schimidt e Henrique

Dumont, além de vários outros, foram protagonistas de uma epopéia econômica que gestou em território paulista a formação do capitalismo agrário brasileiro.

A expansão cafeeira durante o Império deixou conseqüências muito importantes: a manutenção de uma balança comercial favorável a partir de 1861, a estabilidade econômico-financeira na segunda metade do século XIX, a entrada no país de um grande contingente de imigrantes e a emergência de um tipo de sociedade, ainda com traços patriarcais, mas bem mais urbanizada que no período colonial. Não podemos esquecer que foi também a expansão cafeeira que contribuiu para a grande estabilidade política do período, a partir da hegemonia dos cafeicultores no interior da aristocracia rural brasileira.

2.3. Outros Produtos de Exportação

Durante o Segundo Reinado, o açúcar passou a ocupar o segundo lugar entre os produtos de maior exportação. Vários fatores ocorreram para a queda da produção açucareira, entre os quais podemos destacar:

- a concorrência internacional do açúcar produzido nas Antilhas,
- a prosperidade das lavouras cafeeiras que chegaram a se espalhar até por algumas áreas antes destinadas à produção de açúcar, como Campinas, Rio Claro, Piracicaba e Sorocaba,
- a transferência dos trabalhadores escravos das plantações de cana do Nordeste do Brasil para o Sudeste, onde iriam trabalhar nas fazendas de café.

É preciso lembrar ainda que a decadência da produção do açúcar extraído da cana estava relacionada com o aparecimento do açúcar extraído da beterraba. Dessa maneira, a Europa e os Estados Unidos, que eram grandes consumidores do açúcar de cana, passaram a produzir, eles próprios, o açúcar de beterraba.

Contribuições dos Principais Produtos para Exportação
(Em porcentagem sobre o valor global de exportação)

Produtos	1841 1850	1851 1860	1861 1870	1871 1880
Café	41,4	48,8	45,5	56,6
Açúcar	26,7	21,2	12,3	11,8
Algodão	7,5	6,2	18,3	9,5
Fumo	1,8	2,6	3,0	3,4
Cacau	1,0	1,0	0,9	1,2
Total	78,4	79,8	80,0	82,5

Fonte: H. Shlitter Silva; A. Vilanova Vilela e W. Suzigan apud Paul Singer, O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: B. Fausto, org. *História Geral da Civilização Brasileira*.

A cultura algodoeira no Brasil não tinha grandes chances de se expandir, com vistas ao mercado externo, por um motivo básico: sofria a concorrência dos Estados Unidos. Com o início da nossa indústria de tecidos, no entanto, o algodão foi aproveitado em nosso mercado interno. Na década de 1860, as exportações de algodão pelo Brasil representaram 18,3% do valor das nossas exportações totais. Este crescimento vertiginoso foi reflexo da destruição dos algodoais dos EUA durante a Guerra de Secessão.

No período colonial, o tabaco ocupou posição de destaque entre as grandes lavouras brasileiras. A maior parte da sua produção era utilizada na compra de escravos. Mas, com a proibição do tráfico negreiro em 1850, a produção de tabaco para o mercado de escravos ficou paralisada.

Posteriormente, um novo mercado abriu-se para a exportação desse produto. Pouco a pouco, diversos países europeus passaram a comprar tabaco para a fabricação de charutos e cigarros.

2.4. A Tarifa Alves Branco (1844)

Alves Branco, como ministro da Fazenda, pôs fim ao liberalismo e promulgou as tarifas protecionistas de 1844, contribuindo para o surto industrial da época.

Em 1810, foram assinados vários tratados entre Portugal e Inglaterra, nos quais os ingleses garantiram seus interesses no Brasil. Conseguiram obter taxas alfandegárias baixas (15% *ad valorem*) e a promessa de que o tráfico de escravos seria abolido. Em 1827, D. Pedro I renovou o tratado, mantendo os privilégios ingleses. Apesar desses privilégios acabarem em 1828, quando todos os países passariam a pagar a mesma taxa de 15%, a Inglaterra continuou prevalecendo no mercado brasileiro e, também, insistindo na abolição do tráfico.

Em 1831, durante a Regência Trina Permanente, o ministro da Justiça Diogo Feijó conseguiu aprovar uma lei extinguindo o tráfico. Foi uma lei para "inglês ver". Os ingleses não gostaram.

A situação complicou-se em 1844, quando o ministro da Fazenda Alves Branco anunciou que o Brasil não iria assinar os tratados comerciais com a Inglaterra, pois estava propenso a implantar um protecionismo econômico no Brasil. Segundo as próprias palavras do ministro Alves Branco, "pretendia-se não só preencher o déficit do Estado, como também proteger os capitais nacionais já empregados dentro do país, em algumas indústrias fabris, e animar outros a procurarem igual destino". De um modo geral, as mercadorias importadas foram taxadas de 30% até 60% *ad valorem*. A Inglaterra não gostou nem um pouco e iria revidar.

2.5. A Questão Do Tráfico

Nos tratados de 1810, assinados entre Inglaterra e Portugal, constava uma cláusula que restringia às possessões portuguesas o tráfico de escravos, além da promessa de sua abolição gradual. Isso não foi cumprido por Portugal. Como retribuição pela mediação e posterior reconhecimento da independência, foi assinado um novo tratado em 1828, estipulando um prazo de três anos para extinguir o tráfico negreiro. Porém, os fazendeiros e a expansão cafeeira impediram o cumprimento dessa lei, publicada em 1831.

A pressão inglesa aumentou quando o Brasil promulgou a Tarifa Alves Branco em 1844, prejudicando sensivelmente os interesses britânicos no comércio brasileiro. Em represália, em agosto de 1845, a Inglaterra aprovou a lei conhecida como Bill Aberdeen, que permitia a apreensão, pela marinha inglesa, de navios brasileiros que estivessem transportando escravos.

No Brasil, houve manifestações contra a lei inglesa, com passeatas e gritarias: o tráfico, por sua vez, prosseguiu mais intenso ainda, quase triplicando, como mostra a tabela a seguir:

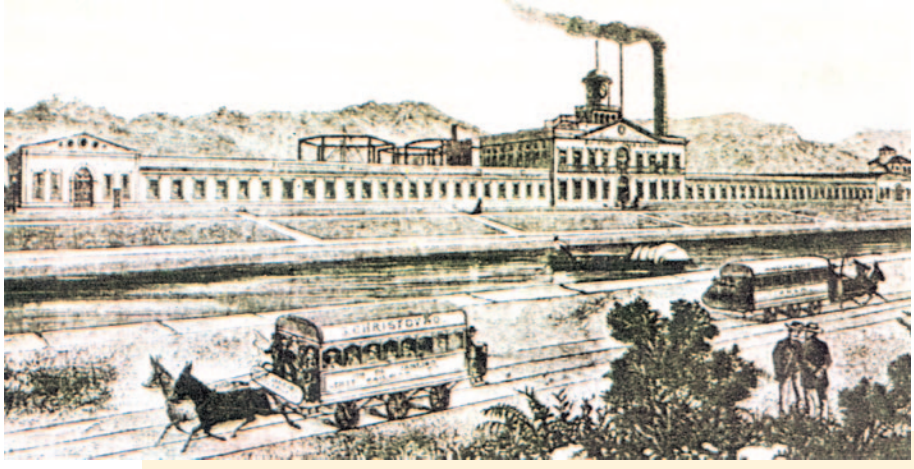
Ano	Número de escravos importados
1843	19 095
1844	22 849
1845	19 543
1846	50 324
1847	56 172
1848	60 000
1849	54 000
1850	23 000
1851	3 387
1852	700

Ao mesmo tempo que aumentava a pressão inglesa, aumentava também o preço do escravo, tornando-o quase inviável. Por outro lado, a imigração européia começava a tomar vulto. Dessa forma, em 4 de setembro de 1850, a Assembléia do Império, mesmo dominada por escravocratas, aprovou a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico que, mesmo sofrendo uma queda brusca, ainda durou dois anos.

Eusébio de Queirós, ministro da Justiça, responsável pela lei que aboliu o tráfico de escravos. Isso só foi possível com a alteração na forma de julgamento de traficantes, que passou a ser feito em primeira instância pela auditoria da Marinha e, em seguida, pelo Conselho de Estado, e não mais por júris compostos de fazendeiros.

Com a extinção do tráfico, que representava um dos mais lucrativos negócios do País, uma imensa massa de capitais ficou disponível para ser aplicada em outras atividades, possibilitando, assim, um importante surto de progresso econômico a partir da década de 1850.

2.6. A Era Mauá



A gravura mostra a fábrica de gás do Rio de Janeiro, responsável pela iluminação pública da cidade e um dos maiores empreendimentos de Mauá. Em primeiro plano aparecem dois bondes puxados a burros, outro empreendimento de Mauá.

Foi no contexto das transformações provocadas pela tarifa Alves Branco e pela Lei Eusébio de Queirós que despontou a figura de Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá. Nascido no Rio Grande do Sul, mudou-se ainda bastante jovem para o Rio de Janeiro para trabalhar na Companhia Carruthers, de origem inglesa. Mais tarde, não só se tornou sócio da companhia como também passou a fundar e organizar as suas próprias empresas. Afirmou em sua autobiografia: "Reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável." Mauá se referia, naturalmente, ao fim do tráfico de escravos.

Em 1846, criou o Estaleiro da Ponta da Areia, em Niterói; em seguida, fundou o Banco Mauá com filiais em Buenos Aires, Montevidéu, Londres e Nova Iorque. Fundou, também, companhias de navegação no Amazonas e no Rio Grande do Sul e implantou a iluminação a gás no Rio de Janeiro. Em 1854, inaugurou a primeira estrada de ferro do Brasil, ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis, além de investir em outras ferrovias.

Entretanto, esse surto industrial era produto de fatores circunstanciais, pois a estrutura do Império não comportava esse progresso e as crises apareceram em 1857 e 1864. Assim, Mauá, o mais sólido e próspero empresário da época, acabou falindo. A crise de 1857 originou-se da política econômica do gabinete Souza Franco, que facultava o direito de emissão aos bancos particulares. A política de emissões procurou respeitar o limite imposto pelas reservas metálicas do tesouro. Porém, como o dinheiro emitido não era aplicado na produção ou em investimento sólido mas em especulações, ocorreu uma tremenda inflação (depreciação monetária), que refletiu na taxa cambial, ocasionando evasão das reservas de ouro do Banco do Brasil e de algumas casas comerciais. Houve, assim, uma grande alta no custo de vida e muitas empresas faliram.

A orgia de especulações ocorrida em 1857 provocou nos proprietários rurais o receio de descrédito dos compradores internacionais.

Em 1860, os gabinetes Ângelo Muniz Ferraz e Sales Torres Homem puseram fim à euforia especulativa: suspenderam o protecionismo da Lei Alves Branco, baixando as tarifas alfandegárias, e iniciou-se a deflação. Essa política de saneamento provocou mais falências, e o barão de Mauá assistiu à ruína de seus empreendimentos: as empresas que não faliram foram cedidas a ingleses, na maior parte das vezes, em forma de pagamentos de dívidas.

Assim, em 1864, as condições favoráveis a um processo industrial, existentes em meados do século, deixaram de existir. Como diziam os fazendeiros da época, "o Brasil é um país tradicionalmente agrário e assim deve permanecer."

2.7. Transição para o Trabalho Assalariado: A Imigração

A expansão cafeeira passou a sentir a falta de mão-de-obra a partir de 1840, problema que se agravou na década de 1850, quando cessou o tráfico de escravos. Recorreu-se, então, a escravos da região Nordeste, que estava em decadência econômica, dando origem a um tráfico interno de escravos. Porém, essa oferta não atendia à demanda do Centro-Sul.

Assim, a partir da década de 1850 teve início o incentivo à imigração com a experiência do chamado sistema de parceria. A experiência da parceria começou em 1847 com o senador Nicolau de Campos Vergueiro, em fazendas de sua propriedade, na região de Limeira. A viagem e as primeiras despesas das famílias de imigrantes eram pagas, como adiantamento, pelos fazendeiros, que para isso contavam com ajuda do governo. Os trabalhadores pagariam o adiantamento com juros de 6% e, até a liquidação da dívida, não poderiam sair das fazendas.

Pouco tempo depois, no entanto, o sistema se revelou um fracasso devido a vários fatores, como mentiras e promessas absurdas feitas pelos agentes recrutadores na Europa; tratamento inadequado a homens livres, pois os fazendeiros estavam acostumados a tratar com escravos; o pagamento das despesas iniciais levava muito tempo e o endividamento aumentava com as compras que os colonos eram obrigados a fazer nos armazéns das fazendas.

Contribuições dos Principais Produtos para Exportação
(Em porcentagem sobre o valor global exportação)

Produtos	1841 1850	1851 1860	1861 1870	1871 1880
Café	41,4	48,8	45,5	56,6
Açúcar	26,7	21,2	12,3	11,8
Algodão	7,5	6,2	18,3	9,5
Fumo	1,8	2,6	3,0	3,4
Cacau	1,0	1,0	0,9	1,2
Total	78,4	79,8	80,0	82,5

Fonte: Dados do Departamento Nacional de Colonização e do Boletim Comemorativo da Exposição Nacional 1888.

"A retomada dos esforços para atrair imigrantes ocorreu a partir de 1871, coincidindo com a aprovação da Lei do Ventre Livre. A iniciativa partiu do governo provincial, o que mostra claramente as ligações entre a elite política de São Paulo e os fazendeiros de café e como, dadas as grandes somas envolvidas, o governo já dispunha de uma sólida base financeira. Uma lei provincial de março de 1871 autorizou o governo paulista a tomar dinheiro junto ao público, através de apólices, para emprestá-lo aos fazendeiros, com o fim de introduzir trabalhadores agrícolas nas fazendas (...) Ao longo dos anos, a subvenção variou, incluindo hospedagem por oito dias na capital, em um prédio construído pelo governo, e o transporte para as fazendas. A hospedaria de imigrantes do Brás, completada em 1888, em substituição à velha hospedaria do Bom Retiro, foi edificada por iniciativa do presidente da província, Antonio de Queirós Teles. O prédio, até hoje existente, tinha capacidade para abrigar cerca de 4 mil pessoas. (...)

Imigrantes italianos, em uma fazenda de café, descansam e conversam após o trabalho. Os italianos contribuíram em vários aspectos para o enriquecimento cultural brasileiro, como, por exemplo, o costume de comer pão de farinha de trigo e acréscimo de palavras em nosso vocabulário, como "nona" (vovó) e "tchau" (*ciao*).

Vários fatores, de um lado e de outro do oceano, favoreceram o fluxo de imigrantes em grande número. A crise na Itália, que se abateu com mais força sobre a população pobre, resultante da unificação do país e das transformações capitalistas, foi um fator fundamental. Ao mesmo tempo, o pagamento de transporte e de alojamento representaram, bem ou mal, um incentivo." (Fausto, Boris. *História do Brasil*. EDUSP)

A fim de manter os imigrantes como trabalhadores assalariados, os fazendeiros conseguiram que o governo aprovasse a Lei de Terras em 1850, que só permitia o acesso às terras devolutas por intermédio da compra. Assim, era possível aos latifundiários monopolizarem os trabalhadores disponíveis, uma vez que o imigrante precisaria trabalhar muito e acumular um capital antes de ter condições para adquirir terras. Enquanto isso, nos Estados Unidos, em 1862, foi aprovado o Homestead Act, que doava terras a quem quisesse ocupá-las e produzir.

Exercícios Resolvidos

01. (Unicamp-SP) Em 4 de setembro de 1850 foi promulgada a Lei Eusébio de Queirós, que determinou a extinção definitiva do tráfico de escravos da África para o Brasil.

a) Que interesses internacionais interferiram na promulgação dessa lei?

b) Quais as conseqüências da Lei Eusébio de Queirós para a economia e a sociedade do Segundo Reinado?

Resposta

a) Pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro (ex.: Bill Aberdeen).

b) Liberação de capitais, que gerou investimentos em vários setores, dinamizando a economia como um todo; início da imigração para a substituição da escravidão nas fazendas.

02. (Fuvest-SP) A imigração para o Brasil foi acentuadamente estimulada na época do Império. Exlique as diversas formas de aproveitamento dessa mão-de-obra e cite as regiões onde predominaram.

Resposta

A vinda de imigrantes para o Brasil foi estimulada, fundamentalmente, a partir da crise do trabalho escravo e da necessidade de mão-de-obra por parte da lavoura cafeeira. Por volta de 1840, o senador Vergueiro tentou atrair imigrantes portugueses para sua fazenda de café, lançando as bases do sistema de parceria. Nesse sistema, os colonos contratados na Europa e trazidos para as fazendas de café recebiam um empréstimo inicial para custear sua viagem até o Brasil, onde trabalhavam como "parceiros", recebendo parte variável do produzido. As péssimas condições de trabalho, os castigos corporais, o problema da adaptação e, em particular, os individamentos provocaram revoltas por parte dos imigrantes e o próprio fracasso das colônias de parceria. Porém, a expansão da lavoura cafeeira na região Sudeste, principalmente no interior de São Paulo (oeste paulista), contribuiu para que os proprietários substituíssem os contratos (típicos da parceria) pelas locações de serviços. Nesse caso, o imigrante era assalariado, tendo direito à terra para plantio de produtos de subsistência. Nesse quadro surge a imigração subvencionada: fazendeiros e Estado atuavam no sentido de incrementar a imigração e solucionar o problema da mão-de-obra na lavoura cafeeira.

3. Cultura do Século XIX

3.1. Introdução

A cultura brasileira, ao longo do período colonial, foi bastante influenciada por padrões portugueses, apesar de algumas manifestações nativistas que ocorreram com obras de Gregório de Matos, Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antonio Gonzaga.

O primeiro, conhecido como "o Boca do Inferno", viveu em Salvador no século XVII, enquanto os outros dois viveram em Minas Gerais, no século XVIII, e pertenciam à Arcádia Mineira. Esses autores relataram, cada um à sua maneira, os desmandos de Portugal sobre a colônia, usando a sátira e a crítica política.

A vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, trazendo vários artistas, escritores e cientistas, provocou uma verdadeira ruptura na vida cultural da colônia. Naturalistas e desenhistas, vindos da Alemanha, Áustria, França e Rússia, passaram a estudar e retratar a fauna e a flora brasileiras, como também a vida cotidiana. Entre os alemães, destacaram-se o botânico Karl Friedrich von Martius, o zoólogo Johann Baptist von Spix e o desenhista Johann Moritz Rugendas. Entre os franceses, podemos mencionar o naturalista August de Saint-Hilaire e o pintor Jean Baptiste Debret.

3.2. Os Românticos

O Romantismo foi a escola literária que marcou grande parte da vida artística nacional, abrangendo praticamente todo o Segundo Reinado.

Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo São Francisco, local onde muitos escritores poetas estudaram, como Castro Alves e Álvares de Azevedo.

A poesia foi o gênero que inaugurou o Romantismo brasileiro. Os primeiros poetas enalteceram a natureza e o índio, tido como a personificação do homem brasileiro. Desse período são as obras de Gonçalves Dias, *I–Juca Pirama* e *Os timbiras*. Na prosa, o notável foi José de Alencar, autor de *O guarani* e *Iracema*.

Literatura e Moda

O romantismo foi um movimento tão forte que alterou até os costumes sociais, ditando modas que contrariavam frontalmente os padrões clássicos. Os românticos distinguiam-se da geração anterior até pelo modo de trajar: aquela usava longas casacas de seda bordadas, camisas de renda em cascatas, calções presos com laços no joelho etc. Os românticos vestiam casacas de abas curtas e severamente abotoadas até o pescoço, calças estreitas unidas às botinas e chapéus de "formas misteriosas". Os clássicos cuidavam de sua expressão risonha e grave. Os românticos se orgulhavam de seu aspecto sombrio, de suas olheiras, de seus olhos febris, de suas carrancas.

Brasil – 500 anos.

A segunda geração de românticos abandonou o indianismo e voltou-se para os sentimentos interiores e para o pessimismo, influenciada pelo inglês Byron e pelo francês Alfred de Musset. Dessa fase, os mais expressivos foram: Manuel Antônio Álvares de Azevedo, autor de *Lira dos vinte anos* e *Noite na taverna*, Casimiro de Abreu, autor de *Primaveras* e Fagundes Varela que escreveu *Cântico do calvário, Vozes da América* e *Cantos meridionais*.

Álvares de Azevedo, autor de *Lira dos Vinte Anos* e *Noite na Taverna*, entre outras obras, morreu aos vinte e um anos, seguindo a tradição dos românticos seguidores de Lord Byron, caracterizada pelo tédio, desencanto e melancolia.

A terceira geração de românticos escolheu como tema os problemas sociais e nacionais. O modelo seguido por esses escritores foi o francês Victor Hugo e seu símbolo, o condor, cujo vôo livre e altaneiro, os românticos desejavam, metaforicamente, imitar. São importantes românticos dessa geração: Joaquim Manoel de Macedo, autor de *A moreninha* e *O moço loiro*, Manuel Antônio de Almeida, autor de *Memórias de um sargento de milícias*, e Castro Alves, conhecido como "o poeta dos escravos", pela defesa da abolição da escravatura feita em suas poesias *Vozes d'África* e *Navio negreiro*.

Castro Alves nasceu na Bahia e estudou nas Faculdades de Direito de Recife e São Paulo. Participou ativamente da campanha abolicionista, inspirando-se no movimento para escrever suas grandes obras: *Vozes d'África* e *Navio negreiro*. Escreveu ainda versos de amor, reunidos em *Espumas flutuantes*. Faleceu em julho de 1871, aos vinte e quatro anos de idade.

3.3. A Música

A música brasileira teve em Carlos Gomes a sua maior expressão. Tendo o imperador D. Pedro II como seu mecenas, foi estudar música na Itália, e lá compôs a sua mais famosa ópera: *O guarani*, baseada no romance homônimo de José de Alencar.

José de Alencar consagrou-se no romance histórico e no indianista. Nasceu em 1829 no Ceará, estreou como ficcionista, publicando em folhetim, no Diário do Rio de Janeiro, a novela *Cinco Minutos*, na qual retrata o ambiente urbano da capital do país. Além de *Iracema*, escreveu também *O guarani* que, com *Ubirajara*, compõem o conjunto de sua obra com tema indianista, e muitos outros romances.

Enquanto Carlos Gomes era cultuado pelas elites, o povo expressava-se por meio de outros ritmos.

Mas, mesmo assim, muita coisa feita pelos setores populares acabava sendo absorvida pelas camadas aristocráticas.

Dois compositores, nascidos em famílias de classe média, destacaram-se nessa tarefa; um deles foi Ernesto Nazareth e a outra foi Chiquinha Gonzaga, que teve de enfrentar todos os preconceitos contra uma mulher que desejava ser artista na sociedade patriarcal brasileira.

Chiquinha Gonzaga enfrentou inúmeros preconceitos: por ser mulher e por ser separada do marido, antes de se tornar uma das maiores compositoras da época. Uma de suas músicas, *Ó Abre Alas*, é cantada até hoje.

Um exemplo mais raro era o de artistas que vinham de famílias muito pobres e que acabavam fazendo sucesso nas reuniões das famílias mais ricas. O mulato Xisto Bahia foi um desses raros artistas. Nascido na Bahia em 1841, popularizou a modinha, gênero em que foi considerado o maior cantor de sua época. Algumas obras desses autores são cantadas até hoje, como ***Ó Abre Alas***, de Chiquinha Gonzaga, ***Odeon***, de Ernesto Nazareth e ***A Casa Branca da Serra***, de Xisto Bahia.

3.4. O Circo e o Entrudo

As populações interioranas tinham pouco contato com a produção cultural urbana, por isso o circo teve grande importância na propagação da cultura popular que se criava nas cidades, cada vez maiores e artisticamente mais ricas. Pela sua condição de espetáculo itinerante, o circo levava aos mais distantes povoados brasileiros as novas músicas, danças e peças teatrais produzidas nas cidades.

O circo era, também, uma possibilidade de trabalho diferenciado para pessoas saídas das classes mais pobres; e para os interioranos, a chegada de um circo era oportunidade rara de lazer e de contato com as novidades das cidades maiores.

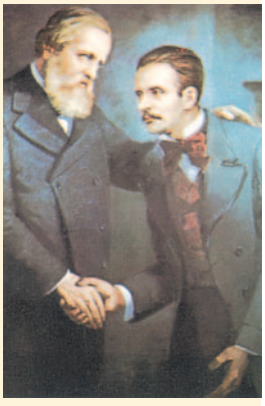
O entrudo era uma festividade comemorada tanto pelas classes pobres como pelas elites, com a diferença de que os pobres comemoravam nas ruas, fazendo guerra de farinha e água, enquanto os ricos ficavam nas janelas de suas casas atirando água suja nos foliões que passavam nas calçadas.

As brincadeiras de rua eram duramente reprimidas pela polícia; cansados de apanhar, os foliões resolveram sair em grupos, chamados de blocos e fantasiados para não serem reconhecidos. Os blocos eram formados por negros e brancos pobres que saíam às ruas cantando ao som de instrumentos de percussão. Aos poucos, as elites e a classe média foram seduzidas pelo entrudo popular e começaram a desfilar junto com os pobres. As máscaras tinham a conveniência de igualar os foliões, é claro, apenas nos três dias que durava a brincadeira. O entrudo evoluiu para o

carnaval dos dias atuais e é um dos principais elementos da cultura popular incorporado pelas classes mais ricas.

3.5. O Índio e o Negro na Cultura Brasileira

O nativismo e o nacionalismo, enquanto expressões da construção da nacionalidade brasileira, valorizaram ora as elites, que lutaram contra o domínio português, ora os índios, que eram mitificados, transformados em seres possuidores dos mais altos valores morais e éticos. Mas, em nenhum momento se aponta o negro como componente da cultura e da nacionalidade brasileira. Mesmo a literatura abolicionista, que denuncia os maus-tratos, não indica o escravo como um nacional, limita-se apenas a criticar a desumanidade cometida por uma nação que se diz cristã. Quando é feita referência ao negro é para depreciá-lo, como podemos ler na **História Geral do Brasil,** publicada em 1854, que despreza a contribuição cultural dos negros porque "pervertiam os costumes, por seus hábitos menos decorosos".



O imperador D. Pedro II foi mecenas de vários artistas brasileiros. Antônio Carlos Gomes, por exemplo, pôde estudar música da Itália, graças à ajuda financeira dada pelo imperador. Na gravura, D. Pedro II cumprimenta o pintor Almeida Júnior, outro artista que estudou na Europa, graças a uma bolsa de estudo ofertada pelo imperador.

As manifestações populares, de origem africana ou não, também não eram reconhecidas pela elite intelectual já que a idéia de *cultura* encampava apenas as manifestações de origem européia, restrita apenas ao pequeno grupo que tinha acesso à educação formal e que podia viajar à Europa em busca de inspiração para pensar sobre a nossa identidade cultural. Em 1922, os artistas e intelectuais que fizeram a Semana de Arte Moderna mostraram a sua revolta contra esse colonialismo intelectual.

A historiografia oficial também trabalhou no sentido de valorizar a elite, os traços culturais herdados dos portugueses e a pele branca. Os negros, já vimos, eram considerados perniciosos por seus hábitos, mas os historiadores foram ainda mais longe, apagando da memória nacional as lutas organizadas e dirigidas por grupos populares, como a Revolta dos Alfaiates, a Insurreição Pernambucana e os levantes escravos. O historiador Francisco Varnhagen defendia a idéia de que o maior entrave ao desenvolvimento e progresso de uma nação eram as revoltas populares. Oficialmente, portanto, a identidade cultural ou nacionalidade brasileira, correspondia a um homem branco, de hábitos copiados dos europeus (por exemplo, apesar do calor, os ricos que viviam no Rio de Janeiro vestiam-se com pesados casacos de lã inglesa), pertencente à elite econômica e política.

Na visão irônica de Agostini vemos lado a lado o imperador e o indígena; ambos encarnam a nação: o primeiro como seu chefe, o segundo como símbolo da nação, muitas vezes frustrado e entristecido; nesse caso é o símbolo que ri do modelo. Em Revista Ilustrada, IEB

Apesar disso tudo, o maior expoente da cultura brasileira do século XIX foi um mulato: Joaquim Maria Machado de Assis.

Exercícios Resolvidos

01. (Mackenzie-SP) *A figura de D. Pedro II, que de órfão da nação se transformou em rei majestático, de imperador tropical e mecenas do movimento romântico vira rei-cidadão, para finalmente imortalizar-se no mártir exilado e em um mito depois da morte.*

(*As Barbas do Imperador* – Lília M. Schwarez)

O texto descreve o imperador tropical, D. Pedro II, que governou o país por meio século, atuando como grande fator catalisador e mobilizador das forças sociais, preservando, com seu governo, sobretudo:

a) o poder das elites agrárias e a unidade territorial do país.

b) a democracia liberal segundo os modelos europeus da época.

c) a idéia da modernização da nação através do apoio do governo ao desenvolvimento industrial e uma política protecionista.

d) o equilíbrio social e a distribuição de renda, através de políticas públicas para reduzir a exclusão.

e) as boas relações com os países platinos, privilegiando as soluções diplomáticas nos conflitos.

***Resposta**: A*

02. (ENEM) O texto abaixo foi extraído de uma crônica de Machado de Assis e refere-se ao trabalho de um escravo.

Um dia começou a guerra do Paraguai e durou cinco anos, João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre dos escravos, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a república. João repicou por ela, repicara pelo Império, se o Império retornasse.

(Machado de Assis. *Crônica sobre a morte do escravo João*, 1897)

A leitura do texto permite afirmar que o sineiro João:

a) por ser escravo tocava os sinos, às escondidas, quando ocorriam fatos ligados à Abolição.

b) não poderia tocar os sinos pelo retorno do Império, visto que era escravo.

c) tocou os sinos pela República, proclamada pelos abolicionistas que vieram libertá-lo.

d) tocava os sinos quando ocorriam fatos marcantes porque era costume fazê-lo.

e) tocou os sinos pelo retorno do Império, comemorando a volta da Princesa Isabel.

***Resposta**: D*

4. Política Externa

4.1. Introdução

A política externa do Império do Brasil caracterizou-se pela manutenção de uma política de acomodação entre setores internos com os interesses da Inglaterra, apesar de períodos tensos e conflitantes, e dos choques armados na região sulina. Esses dois aspectos, por um lado, são frutos da tradicional dependência econômico-financeira do Brasil em relação à Inglaterra – apesar de o Brasil respirar mais aliviado quanto a isso devido ao café e a uma certa diversificação das exportações para países como França, Alemanha e Estados Unidos, que estavam se industrializando e, por outro lado, o fato de o Brasil e as repúblicas platinas terem herdado as ambições e problemas territoriais de suas metrópoles na região, provocando sérios conflitos armados.

4.2. A Questão Christie

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra estavam tensas desde a implantação da tarifa Alves Branco, em 1844, e acirradas, mais ainda, com o Bill Aberdeen em 1845. Contrariada em seus interesses, a Inglaterra começou a exigir o pagamento de empréstimos, que estavam atrasados, e que foram concedidos ao Brasil durante o processo de independência e período regencial.

A tensão nas relações entre os dois países aumentou com a chamada Questão Christie, que envolveu dois episódios desgastantes para o relacionamento diplomático, culminando no seu rompimento.

O primeiro episódio refere-se ao desaparecimento da carga de um navio inglês, o Prince of Walles, que naufragou no litoral do Rio Grande do Sul, em 1862. O embaixador inglês William Christie acusou os brasileiros residentes próximo ao local do acidente de roubarem a carga. O segundo episódio envolveu alguns oficiais britânicos, bêbados e à paisana, que promoveram baderna em estabelecimentos comerciais, no Rio de Janeiro.

Quanto ao primeiro episódio, o embaixador Christie estava exigindo imediata indenização; quanto ao segundo, que os oficiais ingleses fossem soltos e, em seguida, o governo brasileiro deveria pedir desculpas pela detenção dos militares e, ainda – vejam só – a prisão dos policiais brasileiros.

O imperador D. Pedro II foi aclamado pela população ao negar-se a pedir desculpas à Inglaterra, pelos fatos que envolveram interesses brasileiros e ingleses, principalmente os relacionados à Questão Christie.

O governo brasileiro não atendeu às reivindicações do prepotente embaixador inglês que, em represália, lançou mão do poderio inglês, presente no Brasil por alguns navios de sua marinha, e determinou a apreensão de cinco navios mercantes brasileiros. A atitude inglesa gerou um tremendo protesto da parte do povo que, juntamente com o imperador D. Pedro II – que saiu às ruas – berraram de punhos fechados para que os ingleses libertassem os navios brasileiros. O Rio de Janeiro assistiu a uma verdadeira manifestação patriótica, na qual até escravos participaram.

A confusão terminou em janeiro de 1863, quando o Império do Brasil resolveu indenizar a carga desaparecida do navio, mas recusou-se a cumprir as outras exigências – o povo nas ruas não admitia, em hipótese alguma, pedir desculpas à Inglaterra – e exigiu que a Inglaterra pedisse desculpas.

Diante da recusa inglesa, o Império do Brasil rompeu relações diplomáticas entre os dois países.

4.3. O Prata e a Guerra do Paraguai

O vice-reinado do Rio da Prata, após a independência em relação à Espanha, fragmentou-se em quatro países: Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

A Argentina demorou muito tempo para tornar-se um Estado unitário, havendo muitas lutas entre algumas províncias – como Corrientes e Entre-Rios – governadas por proprietários rurais interessados no comércio interno, contra Buenos Aires, governada por comerciantes que controlavam o porto, vinculavam-se ao comércio externo e defendiam o unitarismo.

O Uruguai nasceu, como país, em 1828, após três anos de luta pela sua independência contra o Império do Brasil. Com a independência, surgiram dois partidos políticos: o Blanco e o Colorado.

O Paraguai, habitado em grande parte por descendentes de índios guaranis, não aceitava submeter-se aos comerciantes de Buenos Aires (portenhos), que controlavam o porto. O ditador paraguaio Gaspar de Francia resolveu, então, isolar o país e passou a incentivar a produção para o mercado interno, após expropriar terras da elite agrária aliada aos portenhos e transformá-los em "estâncias da pátria. "Após a morte de Francia, assumiu o poder Carlos Antonio López, que promoveu o crescimento econômico, principalmente com a produção da erva-mate, e o estímulo às exportações. Isso levou-o a interessar-se pelo controle da navegação fluvial dos rios Paraguai e Paraná e pelo livre trânsito no porto de Buenos Aires. Em 1862, com sua morte, assumiu o poder seu filho Solano López.

Enquanto isso, o Brasil tentava evitar uma completa unificação da Argentina e, ao mesmo tempo, exercia uma influência política, às vezes militar, no Uruguai, apoiando os colorados contra os blancos.

As relações do Brasil com o Paraguai na primeira metade do século XIX dependeram do estado das relações entre o Brasil e a Argentina. Quando as rivalidades entre os dois países aumentavam, o governo imperial tendia a aproximar-se do Paraguai. Quando as coisas se acomodavam, vinham à tona as diferenças entre Brasil e Paraguai. As divergências diziam respeito a questões de fronteira e à insistência brasileira na garantia da livre navegação pelo rio Paraguai, principal rio de acesso ao Mato Grosso. (Fausto, B. *História concisa do Brasil*).

Em 1862, com a ascensão de Bartolomeu Mitre ao poder na Argentina, o país foi unificado e, ao contrário do que se pensava, aproximou-se do Brasil e passou a apoiar a livre navegação dos rios.

Solano López não gostou disso. Aliou-se ao blancos uruguaios e, em seguida, sem aviso prévio, aprisionou um navio brasileiro – o Marquês de Olinda – que navegava pelo rio Paraguai, levando o novo governador do Mato Grosso, Carneiro de Campos. Isso ocorreu em 11 de Novembro de 1864 – início da Guerra do Paraguai.

Em dezembro do mesmo ano, as tropas de Solano López invadiram o Mato Grosso e quatro meses depois, em abril de 1865, a Argentina foi invadida: López atacou Corrientes e em junho investiu sobre o Rio Grande do Sul.

Diante disso, em 1º de maio de 1865, Argentina, Brasil e Uruguai formalizaram o Tratado da Tríplice Aliança visando a acabar com a ditadura de López, garantir a livre navegação na bacia platina e, secretamente, anexar territórios paraguaios a que esses países julgavam ter direito.

O Brasil entrou num furor patriótico tão grande em relação à guerra que o próprio imperador resolveu participar dela. Conforme escreveu Lilia Moritz Schwacz, em *As barbas do Imperador*, "D. Pedro II assumia cada vez mais a imagem de 'rei da guerra' – o 'voluntário número um', como diziam na época – e, sem dar ouvidos a ninguém, rumava para o Sul, em 7 de julho de 1865, na companhia do ministro da Guerra, Ângelo Ferraz (depois barão de Uruguaiana).

A saída do navio **Santa Maria** provocou certa comoção, pois com D. Pedro II seguia seu genro, o duque de Saxe (marido de sua filha menor), e o conde D'Eu (marido da princesa Isabel), em viagem de núpcias, juntava-se também a eles".

O clima de indignação contra os 'selvagens guaranis', liderados por um ditador que resolveu invadir o território brasileiro, aumentou a dose de patriotismo no país. Neves e Machado, em *O Império do Brasil*, dizem que "o decreto de 7 de janeiro de 1865, criando os Corpos de Voluntários da Pátria, trouxe atrativos, inclusive financeiros, para aqueles que se alistassem. Dionísio Cerqueira, por exemplo, um jovem baiano de 17 anos cursando o segundo ano de Engenharia, apresentou-se como voluntário. Seu depoimento demonstrava o entusiasmo de uma parcela da população: 'Quando vi o Graça, o Amarildo, o Santiago Dantas, o Schmidt, o Paulo Alves e todos aqueles caros companheiros em ordem de marcha, (...) e carregando garbosos a carabina que iam defender a pátria, achei-os admiráveis e, confesso, tive tanta inveja, que não pude mais abrir o livro. Não podia ficar no Rio de Janeiro estudando, quando a pátria reclamava o sangue de seus filhos para a sua desafronta. Apoderou-se de mim a idéia de assentar praça e partir".

Os primeiros movimentos foram realizados pelos paraguaios e a surpresa dos ataques facilitou-lhes a conquista de vitórias no Mato Grosso, em Corrientes e depois no Rio Grande do Sul. O Brasil contra-atacou com o que tinha de mais poderoso na época: a Marinha de Guerra. Assim, em 11 de junho de 1865, a esquadra brasileira comandada pelo almirante Barroso impôs uma fragorosa derrota às forças navais paraguaias em Riachuelo, impedindo seu avanço para o estuário do Prata, isolando o contingente que tinha invadido o Rio Grande do Sul e obrigando o co-

mandante paraguaio, coronel Estigarribia, a render-se em 18 de setembro do mesmo ano. Em novembro, os paraguaios foram desalojados de Corrientes, possibilitando, assim, dar início à invasão aliada ao Paraguai.

Algo mais

Orgulhosos de sua missão guerreira, os jovens soldados e oficiais brasileiros tiravam retratos no Paraguai e os mandavam para a família. Foi o que fez o tenente ***Pio Corrêa*** *da Rocha, acima. Ele morreu baleado pouco depois de enviar a foto para os parentes, no interior de São Paulo.*
Superinteressante

Em maio de 1866 deu-se a maior batalha campal da história da América do Sul: Tuiuti. Enfrentaram-se 35 mil brasileiros, argentinos e uruguaios contra 24 mil paraguaios. A batalha durou 4 horas e seu saldo foi aterrador: os aliados perderam mil soldados e 3 mil ficaram feridos, enquanto os paraguaios perderam 6 mil soldados e tiveram 7 mil feridos. Dionísio Cerqueira, o jovem baiano patriota, descreveu assim a batalha de Tuiuti: "Parecia uma tempestade. Cornetas soavam a carga; lanças se enristavam, cruzavam-se baionetas; rasgavam-se corpos sadios dos heróis; espadas brandidas a duas mãos, (...) abriam crânios, cortavam braços, decepavam cabeças (...), era uma confusão imensa e cheia de fortes impressões".

Mas, em setembro de 1866 o Paraguai impôs uma derrota estrondosa aos aliados em Curupaiti. Morreram 4 093 soldados aliados, enquanto perderam a vida apenas 54 paraguaios. Outro fracasso militar dos brasileiros foi no Mato Grosso. Tropas brasileiras comandadas pelo coronel Camisão tentaram expulsar os paraguaios do Mato Grosso e acabaram sendo cercadas por eles, obrigando a retirada sob constantes e violentos ataques. Um dos sobreviventes, tenente Taunay – mais tarde visconde de Taunay – narrou o episódio em livro, com o título de *A retirada da Laguna.*

Esses episódios levaram o imperador a realizar mudanças nos comandos superiores. Em outubro de 1866, o marquês de Caxias foi nomeado comandante das tropas brasileiras. Lilia Moritz diz que o "General (Caxias) chegou ao Paraguai em novembro de 1866 e encontrou um exército desfalcado e desanimado. A região era insalubre e o despreparo geral. Além disso, começava a rarear a apresentação de voluntários brasileiros, o que obrigou o governo a intensificar o recrutamento obrigatório. (...) ... passou-se a utilizar cada vez mais a população negra na conformação do Exército brasileiro. Como condição de entrada, alforriavam-se os escravos, o que também representava um bom negócio para os senhores, indenizados ao fornecer esse tipo de 'voluntários'. (...) O próprio imperador incentivava a compra de escravos. (...) A mudança na coloração do Exército do Brasil não passaria despercebida aos críticos jornais paraguaios, que passaram a chamar os soldados brasileiros de *los macaquitos*. *O Cabichuí*, órgão diretamente ligado a López, trouxe uma série de charges apresentando não só os soldados como macacos, mas também seus generais, o imperador e a imperatriz.

A maior derrota dos aliados

Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, foi um massacre

1 Ao meio-dia, 20 000 brasileiros e argentinos avançavam, sobre pântanos, contra as trincheiras de Curupaiti que defendiam o lado sul da fortaleza paraguaia de Humaitá. As telas são do pintor argentino Cándido López.

2 A fuzilaria paraguaia extermina os soldados brasileiros e argentinos que progridem, com dificuldade, pelo pântano. São alvos fáceis.

3 Quatro da tarde: 4 093 baixas entre os aliados, 54 entre os paraguaios. Muitos argentinos e brasileiros feridos são mortos após terem roupas e armamentos saqueados.

4 Depois de Curupaiti, a campanha foi marcada pela imobilidade das tropas em trincheiras, numa antecipaçao do que seria a Primeira Guerra Mundial. Na foto, o batalhão uruguaio 24 de Abril, na região de Tuiuti, no ano de 1866.

Superinteressante

Esse tipo de representação parecia só aumentar a obstinação de D. Pedro II, que, associado a um imperador de macacos, tornara-se ainda mais inflexível em sua perseguição ao caudilho López. Este, por sua vez, reagia investindo internamente no culto à própria personalidade – por intermédio da imprensa que manipulava e censurava – e executando traidores ou os responsáveis pelas derrotas sofridas nas batalhas".

O Exército brasileiro é retratado nos jornais paraguaios como um bando de macacos com rabos e orelhas.

El Cabichuí e El Centilnella.CAT

O imperador e mesmo a imperatriz lideram, segundo os irônicos jornais paraguaios, um exército de macacos.

El Cabichuí, CAT

Schwarcz, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador.*

Caxias tornou-se, então, o chefe supremo das forças militares a partir de janeiro de 1868.

Apesar da cólera, da febre amarela e de outras doenças, Caxias reorganizou o Exército e recomeçou o ataque. Enquanto isso, a Marinha brasileira realizava uma das maiores façanhas da história da guerra: a tomada da fortaleza Humaitá, em agosto de 1868, após um cerco de um ano. López, que se orgulhava de sua poderosa fortaleza, tanto é que estava

nela quando os brasileiros a tomaram, foi obrigado a fugir rapidamente.

Essa vitória possibilitou a Caxias empreender a sua famosa "marcha de flanco" e marchar em direção a Assunção. No mês de dezembro, houve várias vitórias – a famosa Dezembrada – em **Itororó, Avaí, Lomas Valentinas** e **Angostura.**

Em 1869, Caxias entrou na abandonada Assunção. Agora, portando o título de duque, agraciado por D. Pedro II, Caxias, alegando estar debilitado, retirou-se do comando e retornou ao Rio de Janeiro. O imperador nomeou, para substituí-lo, seu genro, Conde D'Eu.

Sua missão: dar fim a Solano López. D. Pedro II ainda estava irritado com aquela história de "macaquitos", isto é, que D. Pedro II teria um Império de macacos. Finalmente, o Conde D'Eu conseguiu alcançá-lo nas franjas da Cordilheira dos Andes, em Cerro Corá – daí o nome dado a essa perseguição, de Campanha das Cordilheiras – em 1º de março de 1870, quando o cabo Chico Diabo matou-o com um tiro.

Acabou assim uma guerra que muita gente pensara que seria rápida, mas foi longa, tão longa que aniquilou com a maior parte da população do Paraguai e provocou o início da decadência da monarquia brasileira.

Exercícios Resolvidos

01. Sobre a Questão Christie, responda às questões abaixo.

a) Quais fatos deram origem a essa questão?

b) O que o embaixador inglês exigiu do governo brasileiro?

c) Como terminou?

Resposta

a) O desaparecimento da carga de um navio inglês afundado no litoral Sul e a prisão de alguns oficiais ingleses, bêbados, pela polícia do Rio de Janeiro.

b) Exigiu a indenização da carga desaparecida e a libertação dos oficiais ingleses presos.

c) O Brasil indenizou a Inglaterra e rompeu relações diplomáticas com ela.

02. (PUC-SP) A política externa do Império Brasileiro ao longo do século XIX caracterizou-se por uma constante situação de conflito em relação aos problemas platinos, porque:

a) as pretensões francesas de domínio do Rio da Prata exigiam a presença da esquadra brasileira.

b) da Independência aos meados do século XIX, a intervenção que havia sido exclusivamente diplomática passou a ser militar.

c) envolvendo-se na política interna dos países platinos, o Brasil defendeu sempre os "blancos" do Uruguai.

d) as intervenções militares do Brasil na região visavam a assegurar o princípio da livre navegação na Bacia do Prata.

e) as indenizações cobradas pelos danos causados por invasores paraguaios às estâncias gaúchas deixaram de ser pagas.

Resposta: *D*

Os conflitos ocorridos na região do Prata, destacando-se a Guerra do Paraguai, tiveram como causa fundamental as disputas pela hegemonia na região e o princípio de livre navegação na Bacia do Prata.

Capítulo 04. A Crise da Monarquia e o Advento da República

1. Introdução

Após a Guerra do Paraguai, a monarquia, como sistema de governo, entrou em declínio. As causas mais profundas desse declínio foram as transformações econômicas e sociais pelas quais o país passou nos decênios finais do século XIX, que deram proeminência econômica a grupos sociais antes pouco importantes, como cafeicultores, comerciantes e banqueiros. Ao mesmo tempo, a Guerra do Paraguai havia fortalecido o exército, cuja influência política começava a aumentar.

Esses diversos grupos não tinham seus interesses representados na estrutura política do Império, ou, pelo menos, não com a profundidade que desejavam. Assim, cresceu entre eles um sentimento de oposição ao governo, que iria se cristalizar no ideal republicano, existente desde a época da independência, formalizado após a fundação do Partido Republicano, em 1870.

Diversos incidentes políticos e a abolição da escravidão acabaram impulsionando o movimento republicano, levando a monarquia à sua queda final em novembro de 1889.

2. A Questão Religiosa

A Constituição imperial de 1824 estabelecia a união entre Igreja e Estado, que se processava por meio do padroado, ou seja, o poder do imperador de nomear os bispos, controlando, desta maneira, o conjunto do clero. Além disso, o imperador dispunha do beneplácito, poder de autorizar ou não as decisões enviadas pelo papa. O clero aceitava essa situação, pois o imperador acatava as decisões papais como também se responsabilizava pelo sustento dos religiosos, construção e manutenção de igrejas, conventos etc.

Entretanto, em 1864, houve um problema entre o Estado e a Igreja, motivado pela publicação da bula Syllabus, que proibia a permanência de membros da maçonaria dentro dos quadros da Igreja e condenava o liberalismo.

Esse ato do papa tinha como objetivo, também, criticar a unificação política que estava se processando na Itália e prejudicando os interesses da Igreja.

A repercussão dessa atitude papal chegou ao Brasil através dos bispos D. Vital Gonçalves de Oliveira e D. Antônio Macedo Costa, que proibiram a presença de maçons nas irmandades. Esse fato criou uma situação jurídica extraordinária, pois, segundo a legislação brasileira, essa proibição e mesmo a dissolução de irmandades só poderiam ser feitas pelo poder civil, no caso, o governo imperial.

Isso gerou uma tremenda polêmica entre a Igreja e o governo, culminando com a prisão dos dois bispos, condenados a quatro anos de trabalhos forçados.

Muitos fiéis revoltaram-se contra a decisão do governo, realizando movimentos populares, comícios e passeatas. Percebendo o desgaste político, D. Pedro II resolveu anistiar os dois bispos.

3. As Questões Militares

As Questões Militares representaram os conflitos existentes entre o exército, cujos oficiais eram oriundos das classes médias, e o Império, que representava os interesses das oligarquias rurais. Resultaram ainda do fortalecimento político do exército após a Guerra do Paraguai.

O primeiro episódio conflitante ocorreu em 1883, quando o tenente-coronel Sena Madureira atacou pela imprensa um projeto de reforma do montepio militar. Em conseqüência, o ministro da Guerra proibiu os oficiais de se pronunciarem pela imprensa sobre assuntos militares.

Sena Madureira, oficial várias vezes condecorado e um dos mais respeitados dentro do Exército, era um republicano ferrenho e teve vários atritos com o governo imperial. Entretanto, morreu antes de ver a Proclamação da República.

Pouco depois, o mesmo tenente-coronel Sena Madureira homenageou o jangadeiro cearense Francisco Nascimento, conhecido como "dragão do mar", que havia se recusado a transportar escravos em sua jangada. O governo concluiu que tal evento foi uma ofensa às instituições, já que o movimento contra a escravidão, em crescimento na época, constituía-se numa insubordinação. Sena Madureira foi demitido do comando do quartel e preso.

O terceiro episódio, ocorrido em 1885, originou-se da polêmica entre o coronel Cunha Matos e um deputado do Piauí, chegando mesmo a polemizar por meio da imprensa, o que contrariou a proibição do ministro da Guerra. Cunha Matos foi preso, e o fato repercutiu negativamente entre a oficialidade. No Rio Grande do Sul, o marechal Deodoro da Fonseca, solidário com a oficialidade, assinou o *Manifesto em defesa da honra militar,* sendo, por isso, demitido do cargo.

As relações entre a monarquia e o exército tornavam-se cada vez mais tensas, com prisões, demissões, ameaças e transferências. Apesar de o governo imperial recuar algumas vezes, libertando presos, a situação não se amenizava e os militares se posicionavam cada vez mais contra os "casacas", nome que os militares davam aos políticos.

4. A Campanha Abolicionista

A questão escravocrata arrastava-se desde 1810, quando foram assinados os Tratados de Comércio, Amizade e Navegação entre Portugal e Inglaterra, nos quais ficou estabelecida a promessa portuguesa de abolir o tráfico de escravos. Isso só aconteceu em 1850 com a Lei Eusébio de Queirós, após muitos entreveros entre Brasil e Inglaterra.

Depois disso, a conversa passou a ser a abolição do trabalho escravo.

André Rebouças – engenheiro, defendeu a abolição dos escravos participando ativamente da campanha abolicionista. Apesar de vigorar a escravidão, muitos negros libertos tornaram-se pessoas de grande projeção social ou política, como José do Patrocínio, Luís Gama e o próprio André Rebouças.

A Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), que teve como uma de suas causas a questão escrava, assustou D. Pedro II e boa parte dos latifundiários escravistas. Em 1866, D. Pedro II recebeu em seu acampamento no Sul, durante a Guerra do Paraguai, uma mensagem da Junta Francesa de Emancipação, assinada por Guizot, Montalembert, en-

tre outros, na qual concitava o imperador a decretar a libertação dos escravos.

Constrangido pelo "puxão de orelhas", D. Pedro II respondeu que era impossível tomar essa atitude naquele momento, porque o país se encontrava em guerra. Na verdade, ele achava um "suicídio nacional", pois os escravos eram praticamente os únicos trabalhadores agrícolas do país, e havia também a ferrenha oposição dos proprietários rurais.

A gravura feita por Ângelo Agostini mostra alguns fazendeiros lendo um jornal que traz notícias favoráveis à abolição da escravidão. Parece, pelo semblante, que eles não estão gostando nem um pouco dessas notícias.

Quando acabou a guerra, a pressão abolicionista voltou à tona. Em 28 de setembro de 1871, com a ascensão do visconde do Rio Branco à presidência do gabinete, foi possível aprovar a Lei do Ventre Livre, seguindo o princípio do direito romano: *partus ventre sequitor*. A assinatura da lei foi da princesa Isabel, pois o imperador encontrava-se em viagem pelo exterior. Lilian Moritz diz, em *As barbas do Imperador*, que "para alguns historiadores o monarca se ausentava em momentos fundamentais nos destinos da nação; para outros, D. Pedro II só buscava garantir o futuro dinástico. Se a medida trazia custos políticos, também garantia louros, a serem colhidos pela herdeira presuntiva".

Pressionado mais uma vez, o Governo assinou, em 1885, a Lei do Sexagenário, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, decretando a alforria dos escravos que atingissem a idade de 60 anos. Outra medida protelatória que retardava a abolição: o escravo, quando não tinha mais forças para trabalhar, tornava-se livre… para morrer em liberdade.

Enquanto isso, algumas províncias do Norte (as primeiras foram Ceará e Amazonas), de produção agrícola inexpressiva, declararam a abolição do trabalho escravo.

A campanha tornou-se violenta, incentivando os escravos à fuga. O exército, incumbido pelo governo de recapturá-los, recusou-se através do Manifesto de 1888. O governo ficou sem condições de garantir a propriedade escrava.

O gabinete de João Alfredo propôs, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel, regente do trono, pois D. Pedro II estava viajando pela Europa.

5. A Campanha Republicana

O movimento republicano ganhou impulso após a Guerra do Paraguai, embasado no Positivismo.

Em 1870, o jornal *República* lançou o Manifesto Republicano, enquanto de uma cisão do Partido Liberal surgiu, oficialmente, o Partido Republicano em 1872. Em 1873, os republicanos realizaram duas convenções, uma em São Paulo, outra em Itu.

José Carlos do Patrocínio, filho de um padre e uma escrava alforriada, nasceu em Campos, em 1854. Estudou Medicina e farmacologia, mas dedicou-se ao jornalismo e à política. Orador fluente, participou ativamente da campanha abolicionista e da campanha republicana. Juntamente com Benjamin Constant, redigiu a Ata da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

O exército, impregnado de idéias republicanas desde a Guerra do Paraguai e descontente com a monarquia em virtude das Questões Militares, lançou, em 1887, através do Clube Militar, um Manifesto à Nação, assinado por Benjamin Constant. Formou-se então uma coligação republicana entre civis e militares. Preparava-se o golpe contra a monarquia.

O Baile da ilha Fiscal simbolizou o fim do Império.

Enquanto isso, o presidente do Gabinete, visconde de Ouro Preto, desencadeava uma forte repressão contra a agitação republicana. Os republicanos, liderados por Benjamin Constant, conspiravam contra o regime planejando um golpe para o dia 17 de novembro. Temendo-se, porém, que o governo pudesse organizar sua defesa, o golpe foi antecipado. Divulgou-se no Rio de Janeiro a notícia, falsa, da prisão de Deodoro e Benjamin Constant. As tropas agitaram-se. Aproveitando-se dessa agitação, na madrugada do dia 15 de novembro, Deodoro e suas tropas marcharam em direção ao Quartel-General onde estava reunido o Gabinete, ocupando-o sem encontrar resistência. O imperador, que se encontrava em Petrópolis, tentava inutilmente com a sua presença salvar a Monarquia.

Benjamin Constant, um dos principais líderes da campanha republicana, divulgou os ideais republicanos e positivistas entre os militares. Com José do Patrocínio, redigiu a Ata da Proclamação da República, após conclamarem as Forças Armadas a realizarem a deposição do Gabinete Ouro Preto e proclamarem a República.

No próprio dia 15, foi redigida na Câmara a Ata da Proclamação da República, instituindo um governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca.

No dia seguinte, o Governo Provisório enviou o major Solon Sampaio Ribeiro para entregar um documento que comunicava a D. Pedro II – agora, ex-imperador – a destituição do ministério e do imperador. A família real seria exilada e a partida estava marcada para a madrugada do dia 17. D. Pedro II negou-se a embarcar de madrugada, dizendo: "Não sou negro fugido, não embarco a essa hora". Em seguida, perguntou: "O Deodoro está no meio disso?" Com a resposta

afirmativa, D. Pedro II murmurou: "Os senhores são uns doidos!" Depois disso, aceitou a intimação.

Acabava o Império do Brasil.

Exercícios Resolvidos

01. (Fuvest-SP) O descontentamento do exército, que culminou na Questão Militar no final do Império, pode ser atribuído:

a) às pressões exercidas pela Igreja junto aos militares para abolir a monarquia.

b) à propaganda do militarismo sul-americano na imprensa brasileira.

c) às tendências ultrademocráticas das Forças Armadas, que desejavam conceder maior participação política aos analfabetos.

d) à ambição de iniciar um programa de expansão imperialista na América Latina.

e) à predominância do poder civil, que não prestigiava os militares e lhes proibia o debate político pela imprensa.

Resposta: E

02. (Cesgranrio-RJ) As leis abolicionistas, a partir de 1850, podem ser consideradas como o nível político da crise geral da escravidão no Brasil, porque:

a) a Lei Eusébio de Queirós (1850) proibiu o tráfico quando a necessidade de escravos já era declinante, face à crise da lavoura.

b) o sucesso das experiências de parceira acelerou a emancipação dos escravos, crescendo um mercado de mão-de-obra livre no país.

c) a Lei do Ventre Livre (1871) representou uma vitória expressiva do movimento abolicionista, tornando irreversível o fim da escravidão.

d) as sucessivas leis emancipacionistas foram paralelas à progressiva substituição do trabalho escravo por homens livres.

e) a Lei Áurea, iniciativa da própria Coroa, visava garantir a estabilidade e o apoio dos setores rurais ao Império.

Resposta: D